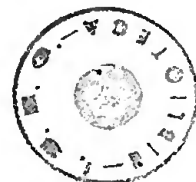


RESERVADO



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

**MESTRADO EM: SISTEMAS SÓCIO-ORGANIZACIONAIS DA
ACTIVIDADE ECONÓMICA**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM SÓ CONCEITO PARA DIVERSAS
INTERPRETAÇÕES**

CLAUDIA LUCIA BISAGGIO SOARES

Orientação

Doutor João António Ramos Estevão

Constituição do Júri:

Presidente:

Doutor José Maria Carvalho Ferreira, professor catedrático do
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de
Lisboa

Vogais:

Doutor Rogério Roque Amaro, professor associado do Instituto
Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Doutor João António Ramos Estevão, professor auxiliar do Instituto
Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Fevereiro/1999



Agradecimentos

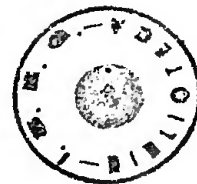
O desabrochar de uma tese de mestrado é sempre como um nascimento, e nisso essa não foi muito diferente de tantas outras. Porém um parto pode ser mais ou menos longo, contar com a participação de companheiros ou ser solitário, ou mesmo ter apenas o auxílio do parteiro.

No caso deste trabalho o parto foi longo, com alguns percalços, mas muitos foram os amigos que participaram e compartilharam com a autora os momentos mais difíceis e também os mais prazerosos. Tive muita sorte, pois não é sempre que se tem o prazer de conviver com amigos tão generosos.

Meu orientador, João Estevão, fez além daquilo que lhe foi solicitado, comportou-se sempre como um parceiro. Para além de professor, foi um amigo e não permitiu que eu me sentisse à deriva em momento algum.

Também não posso deixar de agradecer especialmente a Armando Lisboa, que além de ter sido um segundo orientador, funcionou o tempo todo como um alento no meio das dores, pois com seu eterno estímulo e capacidade de compreensão não me deixou espaço para sofrer. Também sem o carinho do meu amigo e parceiro maior (o Miguel), dos meus pais (a Lucia e o Marcos), da minha amiga de todas as vidas e do seu companheiro (a Cláudia e o António) esse nascimento não se teria completado. Eles foram simplesmente formidáveis, estando sempre prontos a criar espaços para que eu pudesse me aplicar nesse trabalho.

A todos eles e a tantos outros amigos que dividiram comigo esse momento, obrigado. Obrigado mesmo.



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
1. UM POUCO DE EPISTEMOLOGIA	5
1.1. MUNDO ANTIGO.....	5
1.2. SOCIEDADE MODERNA.....	7
1.3. A CIÊNCIA MODERNA	13
1.3.1. A ciência social e o sistema de valores.....	16
1.3.1.1. A experiência da sociologia.....	18
1.3.1.2. A experiência da economia.....	21
1.4. SOCIEDADE DA GLOBALIZAÇÃO (OU MODERNIDADE-RADICALIZADA)	25
2. DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO	31
2.1. A GUISA DE INTRODUÇÃO	31
2.2. DESENVOLVIMENTO.....	35
2.2.1. A palavra	36
2.2.2. O conceito de desenvolvimento econômico	38
2.3. MODERNIZAÇÃO	42
2.4. DESENVOLVIMENTO E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE.....	44
2.4.1. Os paradigmas	45
2.4.1.1. Desenvolvimentistas	45
2.4.1.2. A Ecologia Profunda (Zeristas+Ecologistas Puros).....	47
2.4.1.3. A Proteção Ambiental.....	48
2.4.1.4. A Gestão de Recursos	51
2.4.1.5. O Ecodesenvolvimento.....	53
3. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	56
3.1. GÊNESE DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	58
3.1.1. A contribuição da ecologia	58
3.1.2. A contribuição da economia	62
3.2. ALGUMAS INTERPRETAÇÕES PARA O CONCEITO.....	63
3.3. OPERACIONALIZANDO O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	70
3.3.1. No nível do discurso.....	71
3.3.2. No nível da prática	74
3.4. ALGUMAS CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	78
4. PARA UM NOVO OLHAR	83
4.1. REFORÇANDO O ANTIGO OLHAR.....	84
4.2. PARA UM NOVO DESENVOLVIMENTO	89
4.3. RELATIVISANDO O DESENVOLVIMENTO.....	91
4.4. A AUTONOMIA SUSTENTÁVEL.....	95
4.5. POR UM NOVO OLHAR.....	98
CONCLUSÃO	101
BIBLIOGRAFIA	104

Apresentação*

No início das minhas atenções com o assunto da tese preocupei-me em escolher um tema que retratasse bem a inerente interpenetração que eu creio existir entre todas as ciências sociais, e mais especificamente ainda entre a sociologia e a economia.

Logo me surgiu na mente as questões em torno dos processos de desenvolvimento.

Mais ainda, parecia que o caminho que vinha traçando ao longo do curso de mestrado ia me levando, naturalmente, a tratar desse tema a partir de uma nova ótica, quase mágica na sua capacidade de criar (finalmente) um consenso em torno do caminho do desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável.

Foi por aí então que iniciei, tentando entender essa vereda mágica, esse conceito que me pareceu ser capaz de trazer a paz a essas tão conturbadas paragens do desenvolvimento. É verdade que acabei bem longe dessa paz, mas reconheço que esse foi meu pressuposto inicial: o consenso que parecia se ter alcançado em torno da noção de desenvolvimento

* Este trabalho foi desenvolvido no Brasil, por uma brasileira, daí estar redigido de

sustentável enquanto modelo de virtude econômica, e nesse sentido de reconciliação do homem com o seu entorno.

É claro que esse consenso compreendia a aceitação inerente de que crescer economicamente é uma ambição natural e válida de todos os participantes do sistema econômico hegemônico, o capitalismo, e que o difícil tinha sido descobrir de que forma esse crescimento podia realizar-se e ser assegurado. Entretanto, após se forjar o desenvolvimento sustentável tal dificuldade estava vencida, agora era só uma questão de prática econômica, de vasculhar como essa prática estava se esboçando, como as instituições de fomento a estavam operando.

Portanto, foi tentando me aprofundar na percepção do conceito de desenvolvimento sustentável e suas práticas que a efetiva via da minha tese foi se formando.

E foi também a partir desse mergulho que me surgiu a necessidade de questionar o crescimento econômico ilimitado enquanto um elemento natural da vida humana e que obrigatoriamente deve ser aceito como um dos parâmetros a ser incorporado por qualquer modelo que procure retratar a interação ser humano/meio ambiente.

Por outro lado o consenso inicialmente observado, com o aprofundamento das leituras, se mostrou bastante fraco e superficial.

Também acabei por perceber que toda a celeuma em torno da própria noção de desenvolvimento ainda está longe do fim e, seguindo essa

acordo com a ortografia oficial brasileira.

discussão - que já vem de décadas atrás -, cheguei ao moderno acoplamento do conceito de desenvolvimento com a noção de sustentabilidade.

Reafirmando, ao partir do consenso cheguei à necessidade de questionar porque todo esse esforço para forjá-lo. Que conflitos esse aparente consenso esconde? E será de fato o crescimento econômico um imperativo? Em que termos a noção de desenvolvimento pode ambicionar se desvincular da de crescimento econômico? E se uma vez assumido que o desenvolvimento sustentável não é nem o único nem necessariamente o melhor caminho, me interroguei por outras alternativas - quais?

Não acredito que tenha conseguido responder a todas essas perguntas, mas não tenho dúvida que elas foram as orientadoras da pesquisa que pretendi iniciar com esse trabalho.

De qualquer forma tive que refazer todo o projeto e recomeçar. Tive que me reposicionar e reorientar.

Assim sendo, na busca de orientação, esbocei o quadro a partir do qual reiniciei minhas pesquisas passando por uma discussão epistemológica. No capítulo 1 comecei revendo as origens metodológicas das modernas ciências sociais, tentando compreender as implicações contemporâneas desse modo específico de fazer ciência, que tanto influencia nossa forma de apreender a realidade sócio-econômica.

A partir do capítulo 2 iniciei uma discussão conceitual sobre o desenvolvimento, realizando uma análise sucinta dos modelos de interação do sistema econômico e o meio ambiente mais conhecidos. O capítulo 3 foi dedicado exclusivamente ao desenvolvimento sustentável - esse fruto do casamento entre a noção de sustentabilidade e os modelos

desenvolvimentistas - uma vez que, apesar dos recaminhos, esse casamento conceitual não deixou de ser o móvel maior desse trabalho.

Finalmente, no último capítulo procurei trabalhar as opções e as imposições que surgem simultaneamente como desafios e condicionantes para a evolução do pensamento social quando o assunto em pauta é o desenvolvimento (ou será a justiça social?).

Na conclusão procurei resumir o ponto da pesquisa em que me encontro e apontar para alguns possíveis desenvolvimentos futuros.

Espero não ter me tornado por demais enfadonha ao longo dessa descrição. Mas é que acredito na pertinência dela como forma de auxiliar na compreensão do caminho que escolhi percorrer já que percebo nele uma certa sinuosidade, que a trilha delineada faz evidenciar.

Ao fim de tudo não cheguei a conclusões inusitadas ou inéditas. Porém, reconheço que a consciência delas alteraram a forma básica como percebia as relações econômicas e o bem estar humano.

Um Pouco de Epistemologia

1. Um Pouco de Epistemologia

Através desse capítulo pretendo realizar uma resumida discussão epistemológica, revendo as origens metodológicas das modernas ciências sociais, tentando compreender as implicações contemporâneas que este modo específico de fazer ciência tem engendrado em nossa forma de apreender a realidade sócio-econômica.

Também procuro dar sentido ao nosso saber realizando um enquadramento histórico e contextual que visa o entendimento sobre o que de tão transformador trouxe a Revolução Industrial, de maneira a ela ser interpretada pela grande maioria dos historiadores como o marco que permite a dissociação entre a concepção do mundo antigo e moderno.

1.1 Mundo Antigo

Naquilo que concerne a este estudo, ao se recorrer a concepção

medieval do mundo¹, percebe-se a existência predominante de uma identidade entre coisa e valor, entre epistemologia e ética, como uma decorrência normal da expressão da vontade divina que se verifica através dos eventos naturais².

Consequentemente, neste contexto o universo é visto sob a perspectiva de um organismo, onde cada parte e cada evento são dotados de um significado associado diretamente ao papel que lhes foi dado a cumprir pela vontade divina. Dessa forma a noção de “natureza” se iguala ao que é “divino”, e portanto não manifesta mistérios funcionais relevantes.

Caminhando nesse mesmo sentido, o conhecimento científico se torna, naturalmente, baseado em indagações alicerçadas em perguntas do tipo «POR QUE?», e com respostas claramente vinculadas a normas éticas de conduta.

Na sociedade medieval a esfera econômica das relações sociais estava submergida no conjunto, não revelando nenhum grau de preponderância em relação as outras. Pode-se dizer que a economia medieval funcionava como um sistema fechado, estático e auto-suficiente, baseado na domesticidade de sua produção, onde as idéias de crescimento e expansão não tinham significado e inexistia distinção entre valor de uso e de troca³. Pelos valores da época os preços deveriam ser determinados de forma a expressarem valores “justos”, o enriquecimento pessoal e o lucro devem ser

¹ Ver Bartholo, R. Jr. (1986).

² Ver também Jauneau, E. (1963).

³ Ver Polanyi, K. (1980).

desencorajados e o empréstimo de dinheiro a juros sofria severas restrições morais. Na sociedade medieval o trabalho era entendido como um valor de uso e o comércio só era justificado em função de insuficiências de recursos experimentada em algumas regiões. Nessa economia o mercado tinha apenas uma dimensão local e assessoria, assim como o dinheiro também só tinha um papel secundário a realizar (pagamento de alguns impostos e efetivação de parte do comércio regional).

De fato, o sistema de recompensas sociais funcionava baseado na face espiritual da vida, pois dentro dessa concepção de mundo, é apenas aos espíritos humanos, já desencarnados e distanciados do mundo concreto, que cabem as recompensas por uma vida terrena correta.

1.2 Sociedade Moderna

Prosseguindo no escopo desse trabalho, nota-se que a modernidade traz, basicamente, a distinção entre coisa e valor, propiciada pela criação do sistema de mercado moderno (baseado na tentativa de mercados auto-reguláveis e interligados) e também entre ética e epistemologia, realizada através de uma nova prática científica⁴.

Foi por ocasião desse período, com o surgimento da chamada economia de mercado (uma economia dirigida exclusivamente pelos preços de mercado) - fato até então inédito na história da humanidade - que os

⁴ Ver Bartholo, R. Jr. (1986) e Polanyi, K.(1980).

acontecimentos puramente econômicos puderam tomar preponderância no espaço cotidiano, tomando possível dessa forma a sua individualização do restante dos fenômenos sócio-culturais também a nível de análise acadêmica.

Mas como é que essa transformação se deu?

Ao olharmos mais atrás na história humana veremos que nas sociedades ditas arcaicas (também não submetidas ao sistema de mercado), era através de conceitos como reciprocidade e redistribuição, ou seja, de padrões comunitários e intitucionais, que se ordenavam a produção e a distribuição. É claro que nem sempre essas sociedades eram democráticas, e com o objetivo de se elevar o poder político podiam-se produzir irregularidades na distribuição de bens.

Porém, nas sociedades mais antigas o conceito de propriedade privada era bastante distinto do atual como bem nos relembra F.Capra⁵, na passagem que cito a seguir, quando se refere às sociedades arcaicas e suas relações com a propriedade:

...«A propriedade privada só se justificava na medida em que servia ao bem estar de todos. De fato, a palavra “privada” provém do latim *privare* (“despojar”, “privar de”), o que mostra a antiga concepção de que a propriedade era, em primeiro lugar comunal. Quando as sociedades passaram dessa visão comunal, de participação, para concepções mais individualistas e auto-afirmativas,

as pessoas deixaram de considerar a propriedade privada um bem que determinados indivíduos privam o resto do grupo; de fato, o significado do termo foi invertido, a partir de então ao se instituir que a propriedade devia ser privada, antes de mais nada, e que a sociedade não deveria privar o indivíduo disso sem o devido apoio da lei...»

Mantendo o olhar no passado, percebe-se que foi através da revolução comercial que se destruiu a teia de relações pessoais (responsável pelo poder das corporações de ofício) tão característica do período anterior. Percebe-se que foi também em função do aumento do peso relativo do comércio intra-regional que a economia monetizada foi ganhando relevância no seio do sistema econômico medieval. E que com a conseqüente implementação do sistema de trabalho por encomenda se tornou possível a introdução do sistema fabril (agilizador do assalariamento progressivo da população rural).

Mas foi a Revolução Industrial, com a utilização da máquina e o surgimento do fator “escala” na esfera da produção, que definitivamente trouxe o motor da economia para a produção,⁶ tendo o consumidor - o ser humano - perdido sua antiga posição de preponderância no processo econômico.

A seguir veio a dinamização do crédito bancário, a crescente

⁵ Capra, F. (1982), pág. 187.

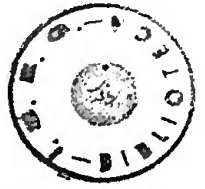
monetarização da economia, o Renascimento e finalmente a Revolução Científica, o Iluminismo e a adesão ao Racionalismo Crítico. E o Empirismo e o Individualismo se transformaram nos valores dominantes.

Ou seja, por um lado a esfera econômica se desumanizou, e por outro galgou relevância no processo social ao conseguir sintetizar no seu interior a essência do novo processo legitimador das escolhas sociais - o sistema de mercado.

Na verdade, a introdução do sistema numérico-financeiro no núcleo da síntese medieval gerou a sua própria dissolução, pois se os bens salvacionistas podiam ser comprados e vendidos, facilmente a riqueza monetária passou a poder ser identificada com a redenção. Dessa forma foi construída a “ponte mental” que possibilitou ao homem moderno uma representação simbólica facilmente realizável através do cálculo numérico exato (normalmente via expressões monetárias).

O lucro (enquanto móvel da acumulação capitalista), realizado através da produção tornou-se a expressão da vontade de um **movimento progressivamente infinito**, e o racionalismo e o cálculo matemático abstrato puderam colocar em evidência as suas afinidades estruturais com o caráter de neutralidade instrumental. De certa forma, a superação da motivação da sobrevivência pelo noção do lucro trouxe a igualação dos problemas humanos aos problemas econômicos, e em certa medida

⁶ Ver Polanyi, K. (1980).



possibilitou a redução destes àqueles⁷.

Nos colocamos, dessa forma, diante do circuito econômico-científico-tecnológico contemporâneo pois, segundo R. Bartholo⁸:

«...a modernidade desencadeia um processo civilizatório industrializante, cuja lógica fundamental de desenvolvimento reside na sistemática decomposição analítica dos objetos em suas partes constitutivas elementares, para a construção artificial posterior de “recombinações”, segundo critérios de eficácia instrumental voltados para uma maior disponibilidade de exploração. A acumulação de riqueza monetária atua como móvel deste processo. **As mercadorias servem apenas como meios para a realização de maiores valores monetários, sendo a dinâmica do processo indiferente com respeito a seus valores de uso não-monetários, ou seja, suas características intrínsecas como elementos adequados à satisfação de necessidades determinadas.»**

Uma outra característica que se desenvolveu na modernidade foi a expropriação dos produtores num sentido amplo, envolvendo não apenas a propriedade privada dos meios de produção, mas também a tentativa de abarcar a totalidade da existência humana (concretizada através de ações empresariais no sentido de se controlar o tempo e o modo de vida do

⁷ Ver Bartholo, R. Jr. (1986).

trabalhador), a ampla disponibilidade sobre os produtos do trabalho e as aptidões e os saberes requeridos para a produção social. Ou seja: o trabalhador livre, reduzido a força de trabalho mercantilizada, e necessariamente assalariado.

Tal situação de expropriação está refletida, inclusive, na introdução da lógica instrumentalizante na relação sociedade/natureza, fruto da transposição direta da relação capital/trabalho. Nesse sentido, se os trabalhadores estão isolados em unidades produtivas a fim de potencializar a sua disponibilidade e aproveitamento (utilização intensiva do conceito de produtividade⁹), a natureza também passou a ser vista como um ente departamentalizável, para mais facilmente ter seus recursos aproveitados pelo processo econômico.

A pergunta científica agora passou a ser «COMO?» e as respostas tornaram-se cegas aos vínculos com a ética. Reafirmando: a verdade das afirmações científicas foi, na atualidade, identificada com a sua operacionalidade e o experimento, a quantificação, a predição e a aferição se tornaram os parâmetros da nova prática.

Ainda e segundo Giddens:

«Tanto em extensividade como em intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do

⁸ Bartholo, R. Jr. (1986), pág. 40. Os negritos são meus.

⁹ Ou seja, a taylorização do trabalho é apenas mais um paradigma do subsistema da organização do trabalho, não o único, mas um dos mais desenvolvidos.

que a maior parte das mudanças características dos períodos anteriores. No plano da extensividade serviram para estabelecer formas de interligação social à escala do globo; em termos de intensividade, vieram alterar algumas das características mais íntimas e pessoais da nossa existência quotidiana.»¹⁰

1.3 A Ciência Moderna

A atual manipulação dos eventos naturais de forma individualizada e experimental, acrescida de uma prática produtiva industrial (decomposição do objeto possibilitando sua recomposição potencializada e controlada) permitiu a constituição da ciência como tecnologia, o que ainda aprofunda mais a divisão do trabalho, de tal forma que hoje a própria ação humana é facilmente recombinaível e redefinível.

Dessa forma a verdade científica também tem, na nossa sociedade, sua importância associada à sua utilidade.

Se mais contemporaneamente ainda, a própria aplicação do modelo cartesiano-newtoniano na busca de novos conhecimentos gerou a sua própria superação, nomeadamente na física (por exemplo com a substituição do conceito de força por campo de forças), e nesse desenrolar uma nova abordagem tem se imposto (a mecânica quântica), por outro lado as análises dos tipos sistêmica, orgânica e holística vêm adquirindo força explicativa.

¹⁰ Giddens, A. (1996), pág. 3.

Colocando de outra forma, os físicos¹¹ estão concluindo que o universo é composto por partículas elementares, e que essas partículas só podem ser compreendidas através de suas interações (por vezes com base em conexões não-locais, onde cada evento sofre a influência do conjunto do universo) e não apenas por meio de sua natureza intrínseca. Admite-se assim, que os eventos individuais não têm sempre uma causa bem definida, que o todo pode ser o determinante do comportamento das partes.

E nesse sentido o avanço que o paradigma reducionista-mecanicista - fundador da modernidade - permitiu alcançar nos conhecimentos científicos naturais parece ter chegado ao fim. Dessa forma e na medida em que se acredita que não há nenhuma estrutura estática na natureza, que a estabilidade das estruturas é afinal dinâmica, impõe-se a necessidade de uma nova maneira de compreender o macrossistema de que a sociedade humana faz parte.

O novo relevo necessariamente atribuído às atividades integradoras e a interação dos sistemas sociais com o sistema natural (meio ambiente) é incompatível com a aplicação do modelo reducionista. Assim, tanto nas ciências naturais e exatas como nas sociais sente-se a urgência de transcender, de se buscar novas formas de se fazer ciência.

É certo que o método científico aplicado pelas ciências sociais é imensamente inspirado no método das ciências exatas, mais especificamente ainda no da física newtoniana. Porém, se como observei nos parágrafos anteriores esse método está sofrendo intensa crítica e novos paradigmas

¹¹ Ver Capra, F. (1975).

estão surgindo na física contemporânea, infelizmente o mesmo não pode ser dito acerca dos reflexos que tais desenvolvimentos têm tido sobre as ciências sociais. Parece que os cientistas sociais, de forma geral, se mantêm como que magnetizados pelo fascínio dos modelos “quantificáveis e exatos”, embora estes nunca tenham, efetivamente respondidos às questões propostas por estes mesmos acadêmicos.

Tais limitações podem ser remetidas a diversas interpretações. Por um lado os fenômenos descritos pelos cientistas sociais em geral se alteram, passando por mudanças e evoluções relevantes em períodos de tempo relativamente curtos¹² (e a cada dia que passa tendem a ser ainda mais ágeis), dependendo e interagindo com os também mutáveis sistemas ecológicos/sociais em que estão circunscritos.

Nesse sentido a estrutura conceitual dessas ciências deve ser capaz de se readaptar rapidamente, diferentemente do que ocorre nas ciências naturais, onde os tempos são (pelo menos) mais lentos e ainda se é capaz de determinar alguns fenômenos imutáveis.

Foi pois, juntamente com a ascensão da sociedade moderna, a existência desses diferentes tempos e de fenômenos imutáveis nas ciências naturais que possibilitou a hegemonia do modelo cartesiano/newtoniano.

Tal paradigma se mostrou bastante capaz como criador de progresso científico maioritariamente gerador de tecnologia, ou seja, de ciência apropriável pelo sistema econômico.

Vejamos as conseqüências disto para as ciências sociais.

No caso do sistema econômico, este se apoia na tecnologia para evoluir e mudar de forma ainda mais rapidamente, tornando-se mais fluido e ficando ainda mais distanciado dos modelos teóricos que inspira. Os restantes sistemas sociais também sofrem essa influência potencializada da ciência/tecnologia que ao ser incorporada no cotidiano altera profundamente as mentalidades, a cultura, e até mesmo as relações de poder. Aqui, mais uma vez, nem a sociologia nem a ciência política parecem estar sensibilizadas a esse acelerar dos fatos e das mudanças enquanto fator a ser levado em conta nos seus métodos de trabalho, que seguem lastreados no modelo reducionista clássico.

1.3.1 A ciência social e o sistema de valores

Como já comentei no tópico anterior, a ciência moderna tem, além da pretensão de ser universal, a característica básica de desarticulação de sua prática com uma consciência ética e a sua vinculação mais próxima a uma lógica utilitarista e manipuladora da natureza.

Hoje nossa ciência se proclama acética, isenta de valores morais e portanto acima de dicotomias como “bem ou mal”, distante das responsabilidades sociais de equidade ou de respeito à vida. A noção básica da vida social, de respeito ao próximo, ficou restrita às discussões filosóficas, tendo estas perdido sentido na prática científica.

Essa atitude, denominada de “neutralidade científica”, acaba por sancionar a utilização de toda a tecnologia gerada, uma vez que iliba essa

¹² Ver Giddens, A. (1996).

mesma tecnologia de qualquer julgamento social e/ou moral¹³.

Mas o que foi feito então do bom senso e da prudência, que nos alerta sobre o fato de que todas as manifestações humanas têm por base um sistema de valores, que implícita ou explicitamente permeia nossa visão de mundo, nossa ciência e tecnologia, nosso agir social, cultural e político, nossa maneira de buscar a sobrevivência?

Implicitamente o padrão de valores de cada indivíduo ou sociedade aparece sob a forma de intuições, entendimentos e opções que se vão realizando ao longo do tempo, gerando alterações e adaptações dessa mesma sociedade e indivíduo aos novos desafios sociais e ambientais. Esse padrão de valores tende a se alterar, em conjunto com o sistema, também sofrendo readaptações, permanecendo em constante processo de reaprendizado.

Sabidamente, atualmente nas sociedades capitalistas, do modelo de valores que predomina, os valores que assumimos com mais determinação são: o materialismo (aquisição de bens e serviços indefinidamente), o expansionismo, e a agressividade competitiva que - atuando em conjunto - acabam por resultar na utilização abusiva da tecnologia e ciência pesadas.

E como a ética não tem lugar entre os parâmetros exigidos na definição dos objetivos, hoje eles podem se mostrar naturalmente perigosos, sem que isso cause espanto a alguém.

¹³ Conjuntamente se desenvolveu a noção de que qualquer tentativa de julgar a produção científica quanto ao seu conteúdo ético seria recolocar sobre a ciência o peso dos valores morais, peso esse do qual ela já se julgava liberta através da utilização do método

«(...) Ao atribuir excessiva ênfase a esses valores,(...) institucionalizou muitos dos pecados mortais do cristianismo: a gula, o orgulho, o egoísmo e a ganância.»¹⁴

Dentro desse *status quo*, cada ciência social que foi se individualizando, foi também tratando de como se defender da possibilidade de interferência dos valores morais no seu método. Nas seções que se seguem procurarei explicitar essa aventura, mas especificamente no caso da sociologia e da economia, pois acredito que são exemplos relevantes do fracasso desse intuito.

1.3.1.1 A experiência da sociologia

Segundo Gouldner¹⁵, o mito que afirma que a ciência social deve e pode estar isenta de valores se iniciou com Weber e desde então tem conhecido uma aceitação quase total. O dogma “*Não farás juízos de valor*” passou, a estar sempre, explícita ou implicitamente, colocado nos livros de introdução à sociologia e nos cursos introdutórios da matéria.

Ao optar por analisar a crença em uma sociologia isenta de valores como mais uma ideologia de uma determinada categoria funcional, Gouldner a nivela com outras concepções acerca de como devem agir e pensar os sociólogos, nem mais. Ou seja, como mais um mito de grupo, partilhado por

racional.

¹⁴ Capra, F. (1982), pág. 185.

seus membros, porém interpretado a nível individual de maneira diversa (normalmente tomado como dogma, impensadamente).

Porque não deixa de ser curioso que, se nenhum sociólogo assume ser possível excluir totalmente do seu trabalho (ou de qualquer outro) as suas crenças não científicas, globalmente afirma-se insistentemente que assim o é, e que o produto do trabalho dos sociólogos termina por ser absolutamente científico.

E, como se pode extrair do pensamento de Weber, se a função primordial da doutrina de exclusão dos valores é uma forma de manter a autonomia profissional do sociólogo, uma vez mais estamos diante de um comportamento não diferenciado, onde um profissional tenta impedir que os não praticantes possam vir a exercer qualquer tipo de controle sobre a sua prática.

Porém, se foi com Weber que esse mito nasceu, não foi em seus escritos que se realizou a coligação contemporânea entre a objetividade científica e a prática amoral por parte do cientista, pois ao contextualizar a discussão, Gouldner aponta que para Weber tal mito tinha funções limitadas a cumprir, resumidas na idéia de manutenção da coesão e da autonomia da universidade alemã.

Nesse sentido, existe uma categoria de valores que Weber entende que não deve ser expressa: os políticos - e não os estéticos ou religiosos. Ou seja, Weber não rechaça igualmente todas as expressões valorativas, não é esse o seu ponto. O fundamental para ele é a manutenção da integridade da

¹⁵ Gouldner, A.W. (1979), Capítulo 1.

ação do estado alemão enquanto instrumento da política nacionalista, e a permanência da universidade enquanto encarnação da tradição racionalista ocidental.

Através da despolitização da universidade e do seu alienamento da luta política ele propõe uma trégua acadêmica, uma forma de convívio pacífico entre diferentes ideologias políticas no mesmo espaço de trabalho, e também uma forma de não chamar atenção do aparelho de censura do estado - de maneira a salvaguardar simultaneamente a autonomia da Universidade (via autocensura) e a liberdade de ação do estado nacionalista alemão.

Alguns aspectos positivos podem ser associados à incorporação desse mito à prática sociológica, nomeadamente a oportunidade de desenvolvimento e emancipação intelectual da disciplina. Por outro lado, também serviu como estímulo para um escape parcial, porém necessário, da cultura local do sociólogo, o que acabou por gerar um novo vigor à moralidade, ao retirá-la do âmbito da tradição e facilitar a sua passagem para o âmbito da razão. Ou seja, permitiu a formulação de juízos de valores melhores, menos vinculados ao passado e mais alicerçados no presente.

Entretanto, os aspectos negativos associados a essa forma de fazer sociologia também não podem ser deixados de lado. A exaltação e glorificação da ação social permeada de indiferença moral acabou por possibilitar a criação de um produto (conhecimento) neutro que se mostrou facilmente veiculável num mercado de serviços. Dessa forma patrocinou a transformação de antigos estudiosos em profissionais e instrumentalizou o saber. Pode-se dizer que em troca de um certo grau de autonomia a sociologia se absteve de criticar a sociedade que a criou e alimenta.

Resumindo, diria que hoje estamos diante de uma prática sociológica

que rejeita a parcialidade explícita, a paixão mesmo que ética, mas que fomenta a parcialidade implícita e indomada (patrocinadora de técnicos e técnicas amorais), que atua em defesa de seus próprios interesses.

1.3.1.2 A experiência da economia

Em economia, discorrer sobre a noção de valor pode gerar um enorme volume de trabalho e uma confusão maior ainda, uma vez que “valorar” ou compreender como a sociedade faz as suas valorações econômicas faz parte do cotidiano do cientista. Mas como não é a exaustão desse assunto o tema central desse trabalho, espero que bastem algumas pinceladas sobre o mesmo para que se consiga pôr em evidência a relação que facilmente se estabelece entre o tipo de prática científica e os resultados que ela fornece ao cientista e à sociedade.

A definição do que é o objetivo da economia varia de acordo com a escola com que estamos trabalhando. Para esse estudo, por ser a definição mais abrangente e por conseguinte menos redutora, vou adotar a que entende que economia é o estudo da produção, distribuição e consumo de mercadorias¹⁶.

Por sua vez, as mercadorias são bens e serviços que após terem sido sancionados pelo mercado adquirem expressão valorativa - não necessariamente monetária, pois os mercados podem se basear na troca, ou seja, no valor de uso ou qualquer outro parâmetro que não precise ser intermediado pela moeda.

¹⁶ Dicionário de economia.

Creio que no parágrafo anterior deixei bem claro que valor econômico é um conceito diferente de preço. De fato, procurei recuperar a discussão acerca da dissociação entre coisa e valor, entre valor de uso e valor de troca, que o domínio exercido pela racionalidade do mercado tem submergido, mas não resolvido.

De fato as teorias econômicas que buscam tratar uma medida de valor¹⁷ ainda estão em aberto, e mesmo as teorias relacionadas à formação de preços,¹⁸ embora normalmente mais instrumentalizadas, também vêm sofrendo críticas. Constantes alterações têm sido introduzidas e existem diferentes teorias sobre o fenômeno dos preços relativos.

Por outro lado a noção de valor pode ser tão distinta entre dois sistemas econômicos como entre o sistema econômico budista e o nosso.

O sistema econômico budista é baseado na noção de “caminho do meio” e de “modo correto de vida”, no qual a tarefa com que o homem se defronta é aprimorar o seu caráter. Os bens e serviços são apenas meios na para satisfazer as necessidades do caminho na direção da realização do bem supremo¹⁹.

No nosso sistema materialista os bens e serviços são um fim em si mesmos e portanto o “padrão-de-vida” é medido pelo consumo anual dos participantes do sistema, independentemente dos efeitos colaterais desse consumo ou natureza do bem ou serviço (i.e. mesmo que sejam consultas

¹⁷ Como em Ricardo e Sraffa.

¹⁸ Como em Pigou e todos os seus seguidores.

¹⁹ Ver Shumacher, E. F. (1973).

médicas ou consumo de energia atômica).

Entretanto os economistas modernos preferem se esquivar destas questões, protegendo-se por detrás da noção de “sistema de mercado” que milagrosamente parece ter o poder arbitrar todos os conflitos. Alguns²⁰, um pouco mais céticos quanto a esse poder de resolução tão grande que é suposto o mercado possuir, acreditam na necessidade de complementação desse mecanismo através de interferências reguladoras da atividade econômica.

De qualquer forma, o cenário que se forma para ser estudado pelos economistas é composto por valores a que se permitem atribuição tecnicamente considerada válida, ou seja, monetarizáveis.

Dessa maneira, por um lado se garante a aparência sólida que a quantificação confere a uma disciplina, e se permite a modelização e sua fácil instrumentalização.

Por outro, a consequência indesejada dessa forma de exercício da economia é sua associada limitação a um número muito restrito de situações na qual se torna plenamente aplicável, deixando de lado um grande número de questões pertinentes, desde as ligadas aos preços definidos em mercados imperfeitos (e a grande maioria dos casos o é), àquelas associadas à distribuição, e enfim, àqueles em que a dimensão ecológica, social, cultural ou psicológica tem um peso relevante.

O tabu formado sobre a questão dos valores morais na ciência econômica tem prejudicado o desenvolvimento natural da ciência, pois a

manutenção de tal tabu é que propicia que nos deparemos com incoerências conceituais tais como os custos sociais de produção (e.g. custos com acidentes, litígios e cuidados com a saúde) serem indistintamente acrescentados ao somatório do Produto Nacional Bruto, e portanto assistimos à sua elevação como sendo associada à noção positiva de crescimento econômico.

É verdade que especulações já têm surgido em torno de problemas como, por exemplo, a quantificação da utilização de recursos renováveis ser realizada de forma diferente da de recursos não renováveis, mas fica a questão: O que de científico tem o próprio ato de valorar alguma coisa, através da quantificação ou não, se não se assume que valores culturais (e portanto mutantes) estão implícitos no resultado final?

O próprio conceito de “eficiência” (economicamente definido) está intimamente associado aos lucros monetários que é capaz de gerar a produção em questão, não se levando em conta os custos que podem estar causando a outros setores produtivos (mesmo dentro de uma ótica economicista pura), e dessa forma pode-se estar escamoteando uma ineficiência sistêmica, por não ter canal de expressão, dentro do próprio modelo econômico vigente.

De fato, tanto o valor “econômico” como o “cultural” são atávicos, são expressões do mesmo tipo de fenômeno, a ética e a moral vigente. Mas também são dinâmicos, na medida em que evoluem com as sociedades. Têm processos distintos de formação, mas estão ambos indissolúvelmente

²⁰ Como em M. Aglietta e R. Boyer, além de outros mais ligados a tradição keynesiana.

ligados.

Alguns economistas têm tentado integrar outros elementos quantitativos às análises econômicas, além do preço (como por exemplo, no caso do consumo de energia, o consumo medido em forma de quilowatts), e dessa forma relacioná-lo com sua produtividade, tentando também interligar a noção de renovabilidade do recurso utilizado na produção. Mesmo assim ainda restam os custos sociais e ecológicos relacionados aos subprodutos, desperdícios, e todos os tipos de emissões para o exterior. E de qualquer forma todas essas expressões não são quantificáveis sem o recurso a reduções que implicam, necessariamente, em escolhas permeadas por valores morais.

Sem essa assunção primeira, fica impossível qualquer tentativa real de cientificidade por parte dos economistas, ficando estes facilmente vulneráveis a ideologização pura e simples dos seus discursos, apesar desta se apresentar normalmente encoberta por modelos formalmente bem estruturados.

1.4 Sociedade da Globalização (ou Modernidade-Radicalizada)

Nos finais do século XX, me apropriando das palavras de Giddens²¹ iniciamos

²¹ Giddens, A. (1996), pág. 2.

«...uma época em que as conseqüências da modernidade se tornam mais radicalizadas e universalizadas do que antes.»

De forma que o modelo civilizatório ocidental contemporâneo, ou simplesmente a sociedade contemporânea dominante, se mostra capitalista no sentido do sistema de produção e distribuição, na conseqüente adoção da mudança enquanto valor social (uma vez que o ciclo de investimento-lucro-investimento combinado com a tendência constante para a queda da taxa de lucro leva à necessidade de crescimento e expansão do sistema de forma indefinida) e na tentativa de mercantilização de todas as outras esferas sociais (via intermediação do sistema de mercados e da busca da eficiência econômica como sancionadora social de todas as relações do homem com o homem e do homem com o meio ambiente).

É também caracterizado pelo industrialismo e confunde o seu próprio nascimento com o nascimento dos modernos Estados-nação e com o advento da Revolução Científica, como já foi levantado no tópico 2.2.

Mas será o extremo dinamismo e o alcance globalizante que esse conjunto de instituições da modernidade apresentam que vão determinar a sensação emergente de pós-modernidade que Giddens prefere denominar de modernidade-radicalizada²².

Nesse sentido o dinamismo apresentado pela modernidade deve ser

creditado basicamente, ainda segundo Giddens, a três ocorrências: *a separação do tempo e do espaço, ao desenvolvimento de mecanismos de descontextualização*, onde as relações sociais são removidas de sua localização física e *a apropriação reflexiva do conhecimento* que gera uma enorme instabilidade.

Por seu turno, a separação do tempo e do espaço foi propiciada inicialmente pela invenção do relógio mecânico e de sua difusão a toda a população. A conjunção da dimensão de tempo “quando” com a dimensão “onde”, que se verificava até então, através associação da medição do tempo à ocorrência de fenômenos naturais regulares e outras referências regionais, foi paulatinamente desfeita. Mas foi preciso também que a uniformidade da medição do tempo pelo relógio fosse seguida da uniformização da organização social desse mesmo tempo para que esta separação, de fato, pudesse ser completa. Sendo assim a padronização dos calendários à escala mundial foi fundamental.

Na medida em que tal distinção é condição básica para o processo de descontextualização²³, esta separação é crucial para o extremo dinamismo que a modernidade apresenta, pois hoje as instituições se constituem

²² Giddens tem uma interpretação da era atual que desafia as concepções mais difundidas da pós-modernidade, defendendo a tese de que assistimos a uma radicalização das características específicas da modernidade. Para uma visão sintética do assunto ver Giddens (1996), pág. 104 (Quadro 2).

²³ Onde, para Giddens (1996:15) «Por descontextualização, refiro-me à “desinserção” das relações sociais dos contextos locais de interações e à sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo.»

descontextualizadas e expandem ainda mais o distanciamento espaço-temporal, tornando-se capazes de se coordenarem através do tempo e do espaço, se libertando dos hábitos e práticas locais.

A evolução do dinheiro pode servir de exemplo de uma instituição que serviu e se serviu da descontextualização moderna, na medida que evoluiu conjuntamente com o desenvolvimento do sistema de mercado e também do mercado financeiro até a sua recente virtualização.

Por sua vez as organizações modernas têm a possibilidade de recriar as ligações entre o local e o global de uma forma anteriormente inimaginável, atingindo o cotidiano de milhões de pessoas.

Também, apenas recentemente foi possível à humanidade a apropriação de um passado comum, isto é, de uma “história” global, contada através de um calendário padrão, debruçada sobre um mapa que reproduz todo o planeta.

Ou seja, a idéia de modernidade se coloca, constantemente, em contraste com a região e a tradição, onde o passado é respeitado e os signos são compreendidos e valorizados, uma vez que integram e eternizam a experiência de gerações.

Segundo Giddens, na modernidade a reflexividade

«...assume um caráter diferente. É introduzida na própria base da reprodução do sistema, de tal modo que o pensamento e a ação são constantemente refratados um sobre o outro. ...

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alternando

assim constitutivamente o seu caráter. ...»²⁴

Ou seja, a característica de reflexividade da modernidade tem a capacidade de subverter a razão - enquanto esta for associada à certeza e ao conhecimento pleno - uma vez que a utilização reflexiva da razão destrói a equiparação anteriormente construída entre o conhecimento e a certeza. As revisões ao conhecimento são, agora, dadas como certas e aceites como inevitáveis.

Mas a medida com que essa radicalização da modernidade tem atingido o método das ciências sociais tem sido bastante conservadora.

Ou seja, um vez que nosso modelo civilizacional procura se preservar, ele também necessita integrar a mudança, mas de forma que a desembarace, cuidadosamente, de qualquer interação estrutural com o movimento concreto do mundo real.

Essa ação tem se concretizado epistemologicamente através da identificação da mudança procurada com uma mudança ideal, construída a partir de uma “produção teórica” mantida prudentemente distante da realidade através de uma prática científica restritivamente crítica, onde o real é associado ao positivismo e ao empirismo.

Adotam-se assim, modelos e tipologias como metodologia. A epistemologia adere ao dogma de que tudo pode e deve ser previsto, computado e programado, tudo pode ser “produzido”.

Desta forma o procedimento do cientista social tem sido então

²⁴ Giddens, A. (1996), pág. 27.

consagrar sua atenção ao aspecto operatório, ao funcionamento teoricamente correto dos procedimentos sociais que deseja produzir. Pode-se dizer que o estruturalismo tem se unido ao funcionalismo de forma a manter o "*status quo*"²⁵.

Mas a realidade social da sociedade global contemporânea insiste em não se comportar como os modelos prevêem. E ainda pior que isso, vem caminhando para o aumento das desigualdades, embora permaneça prometendo maiores oportunidades de afluência.

Mas afluência para quem? Num mundo em que a comunicação e a informação insistem em penetrar no cotidiano de cada ser humano, lembrando-nos que somos diferentes não apenas em um sentido horizontal (valores e hábitos culturais distintos), mas também em um sentido vertical (melhores ou piores posicionados em relação a um padrão definido externamente).

A noção de desenvolvimento surgiu como proposta para superar essas desigualdades, porém tem sido incapaz disso.

²⁵ Ver Abdel Malek, A. (1975).

2. Desenvolvimento e Modernização

Debruçar-se cientificamente sobre um termo como desenvolvimento, absolutamente submerso na matriz cultural ocidental capitalista, sem uma reflexão ética, se torna no mínimo uma prática anti-científica e irresponsável.

Com receio de incorrer nesse erro, dediquei o capítulo anterior a esse fim, embora reconheça que muito ainda ficou por ser aprofundado ou mesmo mencionado, espero ter ao menos conseguido relativizar a validade daquilo que nos habituamos a aceitar como científico, quando se tratam de ciências sociais.

Ou seja, refletir sobre o desenvolvimento é refletir também sobre a expansão e globalização de todo modelo? Ou só de parte? E se assim o for, de que partes?

2.1 A guisa de introdução

O surgimento da sociedade industrializada moderna está intimamente ligado ao desenrolar da Revolução Industrial, à utilização da máquina na

produção em grande escala e a conseqüente primazia desenvolvida pela esfera econômica sobre as demais esferas sociais.

A intensidade e o grau das mudanças trazidas com o surgimento da sociedade contemporânea são de um alcance incomparável com as anteriores formações. Agora os processos de mudança são mais rápidos e trazem consigo a possibilidade de crescimento e desenvolvimento dentro do próprio modelo.

Nesse contexto, a mudança contínua passou a ser mais do que uma possibilidade: ela se transformou no próprio paradigma. Mas será essa mudança capaz de gerar um crescimento/desenvolvimento contínuo? E mesmo que assim o seja, será esse desenvolvimento econômico compatível com a auto-sustentabilidade dos recursos naturais planetários?

E será que o crescimento econômico é suficiente para garantir o desenvolvimento de uma sociedade? E que desenvolvimento/modernização é esse que tem trazido os incríveis níveis de injustiça social alcançados no século XX¹? Outras questões a levantar dizem respeito às condições necessárias e às suficientes para que um processo de desenvolvimento seja auto-sustentado.

Por outro lado, o modelo de crescimento econômico que adotamos

¹ Num mundo onde um quarto da humanidade se vê impedida de satisfazer as suas necessidades básicas, o Norte (que possui 1/5 da população mundial e 4/5 dos seus rendimentos) consome 4/5 do capital natural do planeta. Nos últimos trinta anos as disparidades de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres da população mundial foram triplicadas, com a parte da renda mundial dos 20% mais ricos aumentando de 70% do total para 85% (PNUD, 1994).

tem vindo, progressivamente, a hipotecar os recursos naturais das futuras gerações humanas. É caso de se pensar se teremos capacidade de resgatar essa dívida e se devemos ou queremos fazê-lo.

Estima-se que para manter os níveis atuais de consumo material do “Norte” desenvolvido e em simultâneo repeti-los para o “Sul” em desenvolvimento, será necessário colocar no circuito econômico dez vezes a quantidade de combustíveis atual e aproximadamente duzentas vezes a de minerais, e que com o duplicar da população, previsto para os próximos quarenta anos, será necessário o dobro desses recursos². E é preciso acrescentar que mesmo para o “Norte” a estagnação é indesejável e parece ser impensável a redução dos padrões de desenvolvimento econômico, o que tende a agravar ainda mais a situação.

Também o poder de transformação permitido pela técnica atual cria uma tal vulnerabilidade do meio ambiente que rompe com a ilusão de uma ética neutra ligada à tecnologia, pois num mundo de tecnologias de alcance global as catástrofes locais em bens coletivos (e.g. a atmosfera, a água, o espaço e os oceanos) adquirem dimensão também global.

Logo, o que acabo por questionar é também o próprio sistema de valor utilitarista-instrumental, uma vez que as estratégias corretivas das ameaças inerentes ao desequilíbrio ecológico baseadas nesse sistema de valor têm-se mostrado pouco eficientes e a consciência da fragilidade e interdependência entre os subsistemas ecológicos permanece nos ameaçando com limites naturais ao consumo/desenvolvimento econômico.

Porém, ainda assim a questão que parece estar unindo os temas “estilos de desenvolvimento/crescimento” e “meio ambiente” tem sido que, apesar da crise que apresenta, o sistema vigente nas economias desenvolvidas (economia de escala, com grande consumo de energia e elevada produtividade³) permanece como principal paradigma para os países em desenvolvimento.

Ou seja, apesar do desemprego estrutural que hoje abala o centro do sistema (e seus degradantes efeitos sócio-culturais), do alto grau de destruição natural que a Europa atingiu e dos detritos de atômicos de toxicidade elevada e durabilidade semi-infinita que atualmente se produzem (possibilitando o fornecimento de energia em grande escala e a preços falseadamente baixos⁴), ainda não fomos capazes de superar esse modelo de crescimento econômico.

De fato a interação sociedade humana/natureza tem gerado o aumento da quantidade de extração de matérias primas através da especialização (recursos agrários e humanos), mas tem também estimulado a artificialização do próprio meio ambiente. Tal situação cria, por vezes, a ilusão de que o homem depende pouco da natureza. Tendemos, então, a esquecer nossas origens naturais e mergulhados na alta tecnologia moderna,

² Fonte: PNUD 1994.

³ O que se entende por produtividade varia no tempo e no espaço, ou seja, com os valores éticos e morais da sociedade com que estamos trabalhando. Hoje em dia, nas sociedades capitalistas, a noção mais corrente é a relação da quantidade de bens produzidos em função da quantidade de mão de obra empregada.

passamos a nos vangloriar de um falso domínio sobre a natureza e até esquecemo-nos que o meio ambiente condiciona as nossas possibilidades de desenvolvimento.

2.2 Desenvolvimento

O século XX tem ovacionado o capitalismo enquanto modelo econômico dominante. E na forma das “crises do progresso” dos anos 30 ou da “reconstrução” do pós-guerra, e mesmo ao longo do processo final de descolonização, tudo parece levar a crer que a adesão ao crescimento econômico e a adoção de padrões de consumo elevados têm sido os principais responsáveis pelas soluções alcançadas.

Mas apesar da existência de ilhas de prosperidade em vastas regiões do planeta, a fome persiste e em tais regiões o crescimento econômico se realiza lentamente, ou não se realiza. O problema, desde o recrudescimento da guerra fria no pós-guerra e do abandono da teoria colonialista para o enfoque desenvolvimentista, tem sido diagnosticado, coerentemente, como falta de desenvolvimento⁵. A solução proposta tem sido então estimular um processo de desenvolvimento. Pode-se dizer que desde o discurso de posse do presidente americano Truman em janeiro de 1949, quando ele definiu a maior parte do mundo como subdesenvolvido e anunciou um plano de ajuda

⁴ Capra, F. (1982).

para os países menos prósperos, o mundo passou a ser dividido na esfera internacional em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sendo os segundos logo a seguir eufemisticamente chamados de países em vias de desenvolvimento.

Desde então muitos esforços se concentraram e se realizaram com vistas a trazer para o modelo sócio-econômico ocidental capitalista a grande parcela do globo ainda subdesenvolvida, tendo sido as diversas instituições multilaterais criadas no pós-guerra as grandes difusoras de idéias e técnicas para a superação do subdesenvolvimento. Porém, após décadas de investimentos e muito trabalho, nos apercebemos que nos últimos trinta anos as disparidades de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres da população mundial foram triplicadas, com a parte da renda mundial dos 20% mais ricos aumentando de 70% do total para 85% (PNUD, 1994).

Mas o que significa mesmo desenvolvimento?

2.2.1 A palavra

O desenvolvimento ocorre em um organismo quando ele alcança a maturidade. Visto por outro ângulo, quando alguma possibilidade se realiza disse-se que houve desenvolvimento. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento tem sempre no seu interior um fim, uma meta a atingir; e para o fazer pressupõe um modo, uma norma já pré estabelecida e

⁵ Segundo Myrdal, G. (1977), pág. 84, “para os países ocidentais, a maneira mais fácil de fazer frente à propagando comunista nos países subdesenvolvidos era abandonar a teoria colonialista tão rápida e completamente quanto possível, e aceitar a nova teoria (...)”.

conhecida. Ainda e segundo Castoriadis⁶:

«...Um organismo se desenvolve quando progride até a sua maturidade biológica. ... desenvolvimento é o processo de realização do virtual, da passagem da *dynamis* a *energeia*, da *potentia* ao *actus*. Isto implica, evidentemente, que existe uma *energeia* e um *actus* que podem ser determinados, definidos, fixados, que existe uma norma pertinente a essência do que se desenvolve; ...neste sentido o desenvolvimento implica na definição de uma maturidade, e logo de uma norma natural.»

Desenvolvimento exige transformação, mudança (com um sinal positivo) em direção a um objetivo. Ou seja, é preciso que a mudança seja em si um valor social aceito para que a noção de desenvolvimento possa ter alguma aplicação coerente.

Como já comentado no capítulo anterior, foi com a religião e a teologia judaico-cristã que a idéia de infinito adquiriu esse aspecto positivo, galgando pertinência social na medida da ascensão do racionalismo ocidental, levando a associação do vocábulo “mais” à noção positiva “bem”, chegando-se então a situação atual.

Hoje, desenvolvimento histórico e social é se desprender de todo estado definido para se atingir um estado alternativo, que não se define *a priori* por nada a não ser pela capacidade de se atingir novos estados, onde

⁶ Castoriadis, C. (1980) pág. 191.

o eterno descolar é em si o objetivo.

Ou seja, ainda segundo Castoriadis

«...desenvolvimento tem vindo a significar um crescimento indefinido e a maturidade a capacidade de crescer sem fim.»⁷

E a essas idéias, associam-se outros postulados:

- A onipotência da técnica
- A capacidade de crescimento assintótico revelada pelo conhecimento científico
- A racionalidade dos mecanismos econômicos
- A crença no mito de que o homem está predestinado ao progresso, ao crescimento e etc.

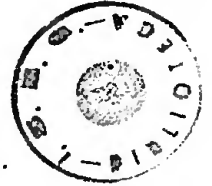
Evidentemente a crise do desenvolvimento é também a crise destes postulados.

E para tratar o termo de uma forma científica, ao se procurar compreender a idéia de desenvolvimento econômico, torna-se indispensável pensá-lo em termos éticos, políticos e filosóficos, como forma de não se incorrer no erro da ideologização pura e simples do conceito.

2.2.2 O conceito de desenvolvimento econômico

Desde Truman, a referência ao *grau* de desenvolvimento ganhou relevância nas discussões econômicas e sociais ao ser aplicado às

⁷ Castoriadis, C. (1980) pág. 195.



sociedades humanas em sua dita *marcha para a economia de mercado*.

Ou seja, uma vez realizado o casamento monogâmico da noção de desenvolvimento com a de economia capitalista, rapidamente nasceu a noção de desenvolvimento econômico, sendo esta tida como suficientemente abrangente para expressar, em um só lance, crescimento econômico e modernidade, tomados etnocentricamente como o binômio do sucesso social.

Rédimensionando a questão, de um ponto de vista restrito, desenvolvimento econômico diz respeito apenas à forma como uma sociedade produz mais bens, melhores e de maneira mais eficiente. Ele se refere a meios e não a fins.

Porém, operacionalmente e recorrendo-se a uma definição de dicionário da matéria (já para colher idéias menos polêmicas), o conceito de desenvolvimento econômico não se esgota na medida do crescimento do PIB, do PNB ou da renda *per capita* (aspecto quantitativo). Assenta-se também na utilização crescente do progresso técnico, que traz consigo uma maior complexidade da estrutura produtiva de uma economia (aspecto qualitativo), e faz menção à requerida melhoria do padrão de vida da população⁸. Indicadores sociais são normalmente acoplados aos indicadores meramente econômicos para que se tentem aproximações relativas de medidas de desenvolvimento⁹. É escusado dizer que uma definição tão imprecisa repercute negativamente na tentativa de consenso em relação à

⁸ Dicionário de Economia.

sua aferição.

E o que se segue no meio da discussão normalmente bastante ideologizada sobre o desenvolvimento, é que os fins são ultrapassados pelos meios. De fato, a meta do processo de desenvolvimento, que parece ser a perpetuação do modelo social ocidental/capitalista, vê na abordagem economicista a funcionalidade de levar o debate no sentido dos instrumentos, submergindo quase por completo a discussão ética e política sobre os fins.

Um bom exemplo dessa abordagem conservadora e evolucionista pode ser observado no esquema etapista de Rostow¹⁰, que pressupõe que todas as sociedades têm a percorrer o mesmo caminho social, onde é só uma questão de se arrancar com o processo de desenvolvimento para que, em algum dia no futuro, todas as sociedades possam se vir a se encontrar no mesmo patamar. É como se já vivêssemos a possibilidade do paraíso

⁹ Ver as publicações dos PNUDs.

¹⁰ Rostow defende a tese de que as sociedades atravessam cinco etapas de evolução econômica: 1) A etapa da economia tradicional, marcada pela existência de um “teto” de produtividade determinado pelo não acesso regular as potencialidades da tecnologia moderna; 2) as pré-condições para a arrancada desenvolvimentista, quando se avançam modificações que facilitam o desenvolvimento econômico e a velha e a nova noção convivem; 3) a participação no processo de desenvolvimento, a arrancada (*take off*), quando o crescimento se torna um dado normal do quadro econômico e os agentes ligados ao passado são removidos; 4) a idade madura, quando uma economia está em condições de utilizar todas as potencialidades da tecnologia disponível; 5) a etapa do consumo de massa, de desenvolvimento pleno, com grande parte da população atingindo o sobre consumo e com grande parte da mão de obra passando para o setor terciário. Rostow, W. W. (1994).

terrestre no modelo civilizatório ocidental/capitalista.

Porém o que se vislumbra como resultados dessas décadas de esforço em direção ao desenvolvimento tem sido ambíguo e de difícil interpretação. Se por um lado, segundo Furtado¹¹, a idéia de desenvolver tem sido útil

«...para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar novas formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo.»,

por outro lado, o processo de globalização da economia que a década de 90 está assistindo pode ser visto como um aspecto concretizado do projeto desenvolvimentista, na medida em que restam pouquíssimas economias totalmente refratárias à capitalista.

Assiste-se pois ao apogeu de um projeto que se iniciou com o desenvolvimento e o progresso material enquanto fórmula de manutenção dos países menos favorecidos na esfera de influência capitalista¹², e nesse aspecto, em muitos lugares o que se vê são sociedades modernizadas, na medida em que abandonaram formas tradicionais de viver e produzir, mas nem sempre se integraram de forma satisfatória ao sistema.

¹¹ Furtado, C. (1974) pág. 75.

¹² Foi somente a partir da guerra fria que se gerou um pensamento global sobre a idéia de desenvolvimento.

2.3 Modernização

Nesse momento creio ser relevante abrir um espaço para abordar a noção de modernização, de uma forma ampla e não apenas no contexto das teorias sobre modernização e crescimento da década de 50¹³.

Por um lado a modernização¹⁴ pode ser associada a um processo mais amplo que o crescimento econômico puro, onde a capacidade social de absorção desse próprio crescimento é que é alcançada, podendo ser resumida em um maior grau de diferenciação e mobilidade social.

No nível econômico, pode ser associada à conseqüente especialização das atividades econômicas e das ocupações profissionais, com o desenvolvimento de unidades de produção voltadas para o mercado e a expansão do raio de ação e da complexidade dos mercados principais (de trabalho, de bens e financeiro).

Na esfera da organização social, a modernização gera uma nova organização social baseada na urbanização com conglomerados de cidades pondo fim às “tribos” e reduzindo o peso político das regiões.

¹³ Herdeiras privilegiadas do pensamento de Lewis, criador do modelo teórico de desenvolvimento “dualista”, focado na transformação estrutural de uma economia não desenvolvida caracterizada, segundo ele, por dois setores. Resumidamente, o modelo apresenta um setor de subsistência primário, tradicional e com excedente de mão-de-obra (onde a produtividade marginal do trabalho é igual a zero) e outro industrializado, moderno, com alta produtividade do trabalho, para onde o trabalho do primeiro setor deve ser gradualmente transferido; sendo a velocidade dessa expansão função da taxa de investimento industrial e de acumulação de capital no setor moderno. Lewis, W. A. (1954).

A própria esfera política se individualiza e o poder político potencial de grupos mais amplos da sociedade se eleva até atingir todos os cidadãos adultos.

O processo de diferenciação dos sistemas culturais e de valores (entre religião, filosofia e ideologia) também pode ser visto como outra faceta da modernização, onde a expansão dos meios de comunicação propicia alterações contínuas e a capacidade da sociedade absorver transformações além de suas próprias premissas institucionais.

Ou seja, a idéia de que a estratificação e a organização social podem se expandir e se diferenciar a ponto de reduzir para um mínimo as tendências monopolistas, conservadoras e assignativas dos poderosos, ricos e prestigiados; por vezes pode estar subjacente à utilização do conceito. Porém, para que tal fosse atingido, seria preciso um tal grau de mobilidade social que a “modernidade real” não parece disposta a permitir.

Ou seja, a expansão e diferenciação dos critérios de *status* (riqueza, poder e prestígio) também teriam de ocorrer em uma escala bem ampla para que tal mobilidade pudesse de fato se efetuar, de forma a não criar apenas mais despossuídos e novos tipos de pobreza.

Pois o que se tem observado, de fato, é o surgimento de novos tipos de exclusão social, além da manutenção dos mais antigos.

Da modernização pode-se dizer que se a transformação dos valores e/ou da ideologia de uma sociedade tradicional facilita e reforça a tendência a flexibilidade do *status*, também instabiliza as bases de convívio

¹⁴ Ver Eisenstad, S. N. (1970).

“harmônico” entre os grupos.

2.4 Desenvolvimento e sua relação com o meio ambiente

A grande novidade do século XIX pode ser localizada não somente no reforço do sistema de mercado, mas também no nascimento da grande indústria. E na apologia desta forma de produção tanto encontramos os liberais como também Marx e seus discípulos, pois a industrialização crescente também é vista por Marx como símbolo de um progresso histórico. Além disso, eles identificavam nas relações de produção entraves indesejados a esse progresso. Neste sentido Marx é um crítico das relações de produção, mas não das forças produtivas.

Não é de se estranhar, portanto, que a crítica ecológica contemporânea não encontre terreno especialmente fértil nas teorias emergentes dessa matriz.

Ao contrário, o mérito de chamar a atenção para o fato de que as forças produtivas modernas podem se transformar em forças destrutivas coube mais ao próprio coração do sistema produtivo capitalista que, alertado principalmente pelas crise do petróleo a partir de 1973, evidenciou que os recursos naturais não renováveis são bens finitos e precisam ser usados de forma comedida.

Ou seja, desde a situação anteriormente descrita pelo clássico livro do Clube de Roma, *Limites do Crescimento*,¹⁵ passando pela provação das

¹⁵ Meadows, D. H. *et alli* (1972).



crises do petróleo e os acidentes nucleares, o que tem mais chamado a atenção dos economistas e empresários é a questão da escassez dos recursos, da distribuição dos mesmos e dos efeitos cumulativos que a própria produção industrial causa aos recursos naturais.

Uma maneira de se visualizar como se tem construído a relação entre as forças de produção e o meio ambiente pode ser acompanhar a evolução dos principais paradigmas desenvolvimentistas no pensamento econômico

2.4.1 Os paradigmas¹⁶

2.4.1.1 Desenvolvimentistas

De certa forma, até o fim dos anos sessenta pode-se dizer que havia um certo uníssono em relação a interação que o processo econômico realizava com o meio ambiente.

Autores das mais diversas correntes viam na natureza uma oferta de recursos físicos de capacidades quase ilimitadas e também com uma proporcional capacidade de absorção dos detritos e subprodutos conseqüentes da atividade humana.

Tal forma de perceber a relação homem/natureza obviamente não se mostrou de forma alguma um entrave para o desenvolvimento do pensamento econômico, uma vez que economia neoclássica centra suas atenções na alocação de recursos escassos e a economia marxista na

¹⁶ Utilizei como base para divisão que apresento a classificação elaborada por Colby, M. (1991).

distribuição de rendimentos. O seja, nesse contexto a economia permaneceu distante do meio ambiente na teoria e o quanto possível, também na prática.

Tanto para neoclássicos como para marxistas, os fatores limitativos do desenvolvimento humano são o capital e o trabalho humano, devendo os casos de escassez serem regulados, respectivamente, pelo mercado (através de movimentos nos preços) ou pelo órgão centralizador; e atenuados pelo avanço tecnológico, estando portanto, incapazes de impedir o crescimento.

A tecnologia para o desenvolvimento, nesse caso, busca aumentar os poderes do homem para extrair recursos e produção do meio natural e ao mesmo tempo reduzir os efeitos das alterações da natureza na sociedade (e.g.: a agricultura moderna).

Apesar de hoje a maioria aceitar que a escassez de recursos, além de elevar o valor desses bens, reduz a qualidade de vida e do ecossistema, há quem veja este modelo de relação como um “mal menor”, uma necessidade temporária nas primeiras fases de desenvolvimento econômico, quando algumas nações são suficientemente pobres para não poderem abdicar de qualquer possibilidade de desenvolvimento, e também não têm recursos para investir em pesquisa ou patentes e *royalties* de tecnologias mais “limpas”.

Nesse sentido não se justifica a preocupação com uma possível administração do ambiente físico e pressupõe-se que os danos causados neste estágio possam ser recuperados mais tarde, quando o crescimento econômico prover recursos para se pagar, então, pela gestão ambiental.

Grosso modo, a literatura ligada a chamada escola dos estágios de

desenvolvimento (capitaneada por Rostow¹⁷), as teorias do crescimento de macroeconomistas dinâmicos, de keynesianos de Harrod e Domar, de estruturalistas e teóricos da dependência¹⁸ se incluem nesse segmento. O marxismo também deu seu incremento a uma multiplicidade de doutrinas sobre os meios e os fins do desenvolvimento econômico.

2.4.1.2 *A Ecologia Profunda (Zeristas+Ecologistas Puros)*

A ecologia profunda não pode ser vista como um corpo filosófico unificado nem nada que se pareça com isso, mas caracteriza-se basicamente por ter visões totalmente antagônicas às descritas no tópico anterior.

Seus principais objetivos não são de ordem material - estando submetidos ao critério maior de sustentabilidade ecológica - o que evidencia a percepção biocêntrica que seus adeptos têm da relação homem/natureza, bem como a noção de igualdade intrínseca das bioespécies.

Portanto, os recursos naturais são vistos em igualdade de condições com o homem, como membros participantes de ecossistemas que devem ter seu equilíbrio respeitado e serem o menos possível manipulados pelo homem.

Caminhando nesse sentido o nível de consumo humano a ser buscado é o que satisfaz as necessidades básicas da população, que de resto, deve ter a sua evolução em termos quantitativos reduzida.

Normalmente é grande a preocupação com a possibilidade de

¹⁷ Vide nota 10.

¹⁸ Ver Cardoso F. H. e Faletto, E. (1984).

reciclagem dos subprodutos e resíduos derivados do processo econômico.

Neste paradigma, os avanços tecnológicos são associados a problemas cada vez mais caros e intratáveis, e não ao “progresso”. Assim sendo, não adiantam ações de desenvolvimento que não as ligadas às tecnologias tradicionais.

As soluções devem estar adaptadas a cada situação e cada ecossistema, devendo refletir a pretendida diminuição de escala da ação humana.

Maior polêmica, entretanto, apresentam as propostas em relação ao grau de descentralização, participação social e planejamento desejados pelos adeptos dos objetivos acima mencionados.

Recentemente, Herman Daly¹⁹, Lovelock²⁰ e a chamada ala fundamentalista do partido verde alemão são alguns, dentre muitos nomes que podem aqui ser lembrados.

2.4.1.3 *A Proteção Ambiental*

Basicamente a partir dos anos sessenta, e em função dos grandes problemas relacionados com a poluição que começaram a surgir e do confronto cada vez mais radical entre os partidários da economia de fronteira e os ecologistas profundos, foi-se evidenciando a necessidade de se celebrar alguma espécie de compromisso entre a ecologia e o crescimento econômico.

¹⁹ Ver Daly, H. (1993).

²⁰ Ver Lovelock (1993).

Desse compromisso surgiu o grande instrumento característico desse período que prosseguiu até muito próximo da década de oitenta: os chamados “Estudos de Impacto Ambiental”.

Tais estudos podem ser definidos como instrumentos racionais que possibilitam a valoração dos custos e benefícios dos projetos de desenvolvimento e devem ser executados antes do arranque dos respectivos projetos.

Porém, na prática caracterizam-se por só ficar prontos após o início das atividades e acabar mais como uma *a posteriori* agenda negativa ou defensiva, entendendo-se como negativa a noção de controle dos danos e a reparação e limitação das ações daninhas.

Tal instrumento acaba por não trazer melhoras significativas nas ações de desenvolvimento, sendo os níveis ótimos de poluição aceitáveis definidos pela sua utilidade econômica de curto prazo - não se demonstrando preocupações maiores com a resistência dos ecossistemas²¹. A análise econômica se baseia no modelo neoclássico, onde o meio ambiente é tratado como uma externalidade.

Um enfoque regulador de “comando e controle” foi bastante adotado, sendo este o período em que se criam os organismos especiais de proteção ambiental com o objetivo de fixar limites e por vezes até mesmo propiciar limpezas. Porém, tais organismos não são os mesmos que planejam a atividade de desenvolvimento nem tão pouco têm ligações orgânicas com

²¹ Assim, as idéias de dispersão da poluição como paliativo, por exemplo, são consideradas válidas.

estes.

Foi um período também caracterizado pela criação de muitos parques nacionais e reservas silvestres, além da realização da conferência de Estocolmo em 1972 (da qual a conferência do Rio em 1992 foi comemorativa).

É de se ressaltar que se os benefícios ecológicos são difíceis de serem valorados o mesmo se diz acerca dos prejuízos, com o agravante de que estes últimos não recaem, necessariamente, sobre os beneficiários do crescimento econômico que permitiram gerar.

Por outro lado (após alguns anos de aplicação de políticas econômicas de particular inspiração nas teorias do crescimento) durante os anos 60 se tornou evidente que as diferenças existentes entre as taxas de formação de capital não eram suficientes para explicar porque as taxas de crescimento não acompanhavam, necessariamente o movimento da formação de capital. Ficou evidente que as diferenças de qualidade ligadas, por exemplo, ao progresso tecnológico e educacional também tinham um papel importante a desempenhar nos processos de desenvolvimento²².

Os trabalhos ligados a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que propõem modelos alternativos de desenvolvimento e estilos de desenvolvimento diferentes²³, ainda podem ser conotados com essa forma de relação entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente.

²² Ver Arndt, H.W. (1987).

Vejam agora as duas principais vertentes decorrentes da aceitação da situação acima descrita²⁴ como injusta e necessitando de atuações mais concertadas. Inicialmente a chamada gestão de recursos, a herdeira mais direta do instrumental neoclássico; e em um segundo ponto, o ecodesenvolvimento, também inspirado na análise neoclássica, porém solicitando ligeiras adaptações do modelo de forma a tentar torná-lo mais sensível as questões ligadas à qualidade de vida:

2.4.1.4 *A Gestão de Recursos*

O esforço de modelação dinâmica, dos sistemas globais, do Clube de Roma²⁵, juntamente com outros similares que surgiram posteriormente, se constituíram como um marco histórico.

Tais modelos projetaram um futuro com sombria declinação dos recursos naturais, baseados na extrapolação linear das tendências, sem considerar as alterações tecnológicas, substituição de recursos e alterações dos mecanismos de preços.

A eles outros mais ainda se seguiram, como o informe “Nosso Futuro Comum” (1987), que teve como tema básico a gestão de recursos.

Segundo M. Colby²⁶ a gestão ambiental:

²³ Ver Diegues, A. C. (1992).

²⁴ No sentido da relação economia e meio ambiente.

²⁵ Meadows, D. *et alli* (1972).

²⁶ Colby, M. (1992), pág. 602.

«(...) implica tanto uma extensão teórica muito natural da economia neoclássica como uma alteração fundamental na prática. Portanto poderia classificar-se melhor de “evolutiva” que “revolucionária”. A idéia básica consiste em incluir todos os tipos de capital e recursos (biofísicos, humanos, estruturais e monetários) nos cálculos das contas nacionais, na produtividade e nas políticas de desenvolvimento e planejamento de investimentos. (...) A interdependência e os múltiplos valores de diversos recursos se tomam mais em conta.»

Dentro deste novo paradigma, a criação de parques e reservas deverá ser baseada na suas capacidades de regulação de recursos genéticos e do clima.

Segundo os gestores de recursos, a população deve reduzir-se nos países em desenvolvimento e o consumo *per capita* (via aumento da eficiência) também nos países desenvolvidos, para que se possa garantir o caráter de sustentabilidade do crescimento.

O uso de recursos naturais deve ser acompanhado de investimentos de caráter compensatório.

Os recursos mundiais comuns (como a atmosfera) e mesmo outros nacionais, estão sendo problematizados pelos que não concordam com os conceitos legais e as políticas vigentes. Nesse âmbito, várias conferências de perfil global têm sido realizadas (e.g. revendo os direitos sobre a Antártida).

Tem sido o esgotamento dos recursos, e não tanto os efeitos da poluição, que tem alertado para os perigos ligados ao meio ambiente - uma vez que, para estes últimos, ainda subsiste a noção de que é possível

distanciar-se do mal²⁷, desde que se esteja disposto a pagar por isso.

Ou seja, um dos óbices desta noção é permitir que o contaminador, ao pagar, esteja não só a redimir-se da contaminação, como também a adquirir o direito a contaminar.

Neste paradigma, preocupar-se com o ambiente não é sinônimo de ser inimigo do desenvolvimento; o importante é saber gerir bem os recursos. Aqui, o fundamento do desenvolvimento permanece sendo o crescimento econômico; a sustentabilidade, uma restrição; e os incrementos tecnológicos, necessidades.

2.4.1.5 *O Ecodesenvolvimento*

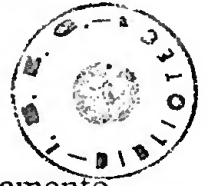
Foi com Maurice Strong, no início da década de 70 que pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento veio a baila para caracterizar uma concepção diferenciada de política de desenvolvimento, mas foi com Inacy Sachs²⁸ que os princípios básicos dessa perspectiva ganharam forma²⁹.

A noção de ecodesenvolvimento procura reestruturar a relação sociedade/natureza, buscando chegar a um “jogo de soma positiva”, através da reorganização da atividade humana de forma a torná-la sinérgica com os processos dos ecossistemas.

Tal proposta procura somar o “eco” simultaneamente de econômico e ecológico, e o “desenvolvimento” (e não crescimento, gestão ou proteção)

²⁷ É o que Altvater alerta como “regime de *nimby* (Not in My BackYard – não nas minhas costas) ou a guerra suja dos direitos de poluição”. Altvater, E. (1995).

• ²⁸ Ver Sachs, I (1981).



usado num sentido de reorientação, de necessidade de melhoramento explícito do nível de integração das preocupações sociais, ecológicas e econômicas.

Fica patente a herança da teoria do *self reliance* de décadas anteriores, de Mahatma Gandhi ou Julius Nyerere.

No campo da análise econômica, o modelo recomendado é o da economia biofísica. Tal modelo visa uma economia termodinamicamente aberta, incrustada no ecossistema terrestre.

Nessa ótica (ótica global), a prevenção da poluição é percebida como rentável, em substituição da noção de “o poluidor paga” que é uma prática decorrente de uma ótica pessoal.

A eficiência se define através das sinergias surgidas no decorrer da análise global. Os processos dos ecossistemas passam a ser imitados pelos sistemas humanos, inclusive o produtivo e de consumo.

Ou seja, o ecodesenvolvimento requer a administração no longo prazo da adaptabilidade, resistência e incerteza. As atuais técnicas de análise de riscos são vistas como tendo um uso limitado em sistemas complexos e extremamente interdependentes como estes, necessitando serem refinadas.

Por outro lado, tal paradigma critica a atuação do “poluidor que paga para poluir”, encontrando nessa prática apenas um mercado de “males”, de novos títulos de propriedade (como o direito de poluir e contaminar), incapaz de incluir corretamente os problemas de incerteza ecológica e equidade social. Como as incertezas são enormes no campo dos limites

²⁹ Ver Brüske, F.J. (1996).

sustentáveis, alerta-nos para os riscos que corremos ao não ter em conta os conflitos causados pela necessidade de as atuações globais serem substituídas por ações parciais e pessoais.

Nesse contexto, reconhecem que é preciso alterar a idéia de que tudo o que foi feito uma vez no passado pode continuar a ser feito indefinidamente.

Pode-se dizer que o ecodesenvolvimento caminha para um “capitalismo domesticado”, ecologicamente aceitável, economicamente eficiente e socialmente útil.

Principalmente nos trabalhos de Sachs pode-se notar as pontes para a transição para a noção de desenvolvimento sustentável que se formaram até a utilização indistinta entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável apresentada em sua obra “Estratégias de Transição para o Século XXI” de 1993.

3. O Desenvolvimento Sustentável

Desenvolvimento Sustentável é um conceito delineado nas discussões que vieram no seguimento das apresentadas no capítulo anterior, de um certo diálogo entre os “gestores de recursos” e os “ecodesenvolvimentistas”, e na seqüência do agravamento dos problemas ecológicos (para alguns autores) e sociais conseqüentes da interação destrutiva e acumulativa que os efeitos da industrialização e a adoção do modelo de consumo de massas gerou.

Para tentar compreender essa nova abordagem preferi, inicialmente, estudar os dois temas que ela procura unir, para depois tentar reconstruir o conjunto.

Desenvolvimento Sustentável = Capacidade de sustentação + Crescimento/Desenvolvimento econômico
--

Mais propriamente, e citando Alier¹ “...aqueles que com grande êxito introduziram a expressão *Sustainable Development* na política internacional, a IUCN («International Union for the Conservation of Nature») e depois a Comissão Brundtland das Nações Unidas, queriam combinar conscientemente essas duas idéias,: desenvolvimento econômico e capacidade de sustentação. Nas próprias palavras de Jeffrey McNeely, da IUCN:

«A conservação da natureza talvez seja uma pré-condição do crescimento econômico, já que o consumo futuro depende em grande medida do estoque de capital natural. A conservação é sem nenhuma dúvida uma pré-condição do desenvolvimento sustentável, que une o conceito ecológico de capacidade de sustentação(*carrying capacity*), com os conceitos econômicos de crescimento e desenvolvimento.»²

¹ Martinez Alier, J. (1994), pág. 89.

² McNeely, J. A.(1988), pág. 2.

Conclui-se daí que a base do conceito de desenvolvimento sustentável reúne crescimento ou desenvolvimento econômico³ que seja compatível com a capacidade de sustentação.

Da mesma forma que qualquer outro derivado da noção de desenvolvimento, desenvolvimento sustentável é um conceito normativo, e como tal possui um objetivo bem mais definido e facilmente identificável do que propriamente uma consistência intrínseca. Nesse sentido, o acoplamento da noção de sustentabilidade ao conceito só trouxe ainda um maior grau de subjetividade. Senão, vejamos o tópico 3.2 onde busco analisar com maior profundidade algumas interpretações que se têm dado ao conceito.

Mas antes disso, vejamos mais em detalhe a gênese desse conceito que teve claramente a contribuição da ecologia e da economia, associadas respectivamente à parcela da “Capacidade de Sustentação /Sustentabilidade” e “Crescimento/Desenvolvimento econômico”.

3.1 Gênese do conceito de desenvolvimento sustentável

3.1.1 A contribuição da ecologia

O conceito ecológico de “capacidade de exploração/sustentação” está intimamente ligado à noção de território, e sem essa demarcação carece de

³ Onde crescimento e desenvolvimento econômico são utilizados indistintamente, embora nem todos os economistas façam esse uso, chamando a desenvolvimento a ocorrência de mudanças na estrutura da economia sem, necessariamente, haver alteração do PIB, enquanto que crescimento espelha, apenas, a variação positiva dessa grandeza.

sentido. Ou seja, o seu caráter inelástico está associado à idéia de sistema ecológico ser um sistema fechado. Referenciando no seu próprio contexto de formação; os sistemas biológicos naturais, territorialmente definidos e sem relações de troca com o exterior; essa tal capacidade é determinada por seu máximo rendimento sustentável, o que, por sua vez, depende de suas dimensões e poder de regeneração, cenários estes que podem variar imensamente.

O máximo rendimento sustentável, normalmente expresso em porcentagem de massa, pode variar bastante, mas não pode ser infinitamente crescente sem que ocorra a redução da capacidade de exploração⁴. Dessa forma, quando nos referimos a sistemas abertos⁵- como é o caso dos sistemas humanos (assim composto: político, cultural, sociológico, ecológico e econômico) - essa capacidade está em constante alteração, consoante a tecnologia utilizada, os *inputs* acrescentados ao sistema oriundos de outros sistemas, e a possibilidade de despejo de resíduos em outros sistemas diferentes do que estamos usando como referência.

Mesmo assim, é certo que quando nos referimos ao sistema humano global, aqui referenciado no Planeta Terra, esse limite surge com mais força, uma vez que ultrapassar as fronteiras planetárias ainda se coloca como uma alternativa bastante questionável desde o ponto de vista tecnológico, ou econômico, ou ético. Entretanto, ultrapassar nossa fronteira de recursos

⁴ Ver Brown, L. R., (1980), cap. 2.

⁵ Isso na hipótese de ser possível se utilizar os conceitos e a metodologia da “Teoria dos Sistemas” para as áreas humanas/sociais do saber.

planetária é uma possibilidade real, o que poderia ampliar de maneira significativa nossos limites exploratórios, mais uma vez através da importação de *inputs* e exportação de resíduos⁶.

Porém, também não podemos esquecer que a transformação de qualquer sistema natural em sistema gerenciado (isto é, com suas relações equacionadas artificialmente) requer a utilização intensa de energia.

Por outro lado essa mesma noção de sustentabilidade biológica está associada à noção de equilíbrio. Mas o tipo de equilíbrio a que se referem os biólogos é o dinâmico, baseado em ciclos e flutuações (portanto, em processos não-lineares), diferentemente do obtido através de processos lineares como o crescimento econômico tendencialmente infinito, que trazem alterações ao sistema irrecuperáveis.

Sabemos que a sobrevivência da humanidade depende da utilização dos recursos naturais e da interação com vários sistemas biológicos, (pesqueiro, florestal, pastoril, agrícola, mineral, sistema aquífero ...) e que esses sistemas têm, mesmo com a tecnologia atual, dificuldades em ter sua produtividade aumentada. Essas dificuldades podem estar associadas à superexploração, gerando problemas de escassez em função de serem recursos não renováveis, ou cuja renovação demande excessivos gastos energéticos e/ou destruição de outros ecossistemas; ou ainda ligados aos

⁶ Resta saber se a própria humanidade sobreviverá para chegar a esse estágio de exploração e se esse caminho se coloca mostra interessante para o sistema universal no qual nosso sistema se integra.

despejos e rejeitos que certas atividades provocam e que ainda não têm despoluição tecnicamente possível ou economicamente justificável.

Porém, o que se torna claro ao longo dessa exposição, é que a questão ecológica aqui levantada chegou à baila em função muito mais da hipótese da escassez de recursos econômicos (idéia essa reforçada tremendamente pela primeira crise do petróleo em 1973) do que propriamente de problemas de harmonia e realização da espécie humana e do equilíbrio de seu ecossistema. A partir daí assiste-se à subvalorização dos problemas centrados no homem e suas atividades que não as ligadas à extração de recursos da natureza.

«Com a aceleração do tempo capitalista, temos esse descompasso entre o tempo de regeneração e de formação da biosfera e o tempo de consumo e de sua transformação em produtos não recicláveis (alta entropia) por parte do sistema econômico. Nesse sentido, os recursos marítimos, os recursos florestais, a terra agriculturável e mesmo o ar puro e a água, estão se transformando em recursos não-renováveis, observando-se a contínua redução de seus estoques, até um possível esgotamento.»⁷

Ou seja, a proporcional sobrevalorização das questões de conservação da natureza estão imbuídas de um caráter mercantilista que não

⁷ Stahel A. W. (1995), págs. 111 e 112.

deve passar despercebido, quando se pretende compreender o que quer dizer desenvolvimento sustentável.

Com o parágrafo acima não pretendo subestimar os problemas ecológicos resultantes do processo econômico, apenas pretendo chamar atenção para o fato de que eles devem ser analisados em conjunto com a própria atividade social humana, para poderem ser compreendidos no seu conjunto e não unilateralmente.

Quando assumimos que o sistema planetário pode ser, dentro dos limites da existência provável da humanidade, tomado como aberto - ou seja, mantendo relações com outros sistemas - nos apercebemos que essa perspectiva aumenta em muito a capacidade do meio de absorver a alta entropia resultante do processo econômico⁸, e sendo assim, pode-se pensar até no reaproveitamento da energia dissipada, através de trocas que resultem positivamente para o nosso sistema.

3.1.2 A contribuição da economia

Recolocar a questão do desenvolvimento no centro das atenções foi, sem dúvida, um dos méritos dos autores que utilizam a noção de desenvolvimento sustentável. Porém e infelizmente, parece que nada de muito elucidativo tem sido feito no sentido de se harmonizar o entendimento sobre o que é desenvolvimento.

Ou seja, do capítulo anterior ficou a idéia de que a noção de desenvolvimento reúne muito pouco consenso em torno do seu significado.

⁸ Ver Georgescu-Roegen (1973) e (1981).

Há, inclusive, quem justifique e defenda a necessidade intrínseca do próprio conceito de ser um conceito aberto (mas não impreciso) ⁹, questão que retomarei no próximo capítulo.

E se de um lado o problema da sustentabilidade se insere na questão da entropia material e energética crescente e da reinserção da economia no meio ambiente, as interrogações que se colocam sobre o modelo de desenvolvimento capitalista-industrial recolocam o foco sobre a justiça social.

3.2 Algumas interpretações para o conceito

O esforço de se reconstruir a genealogia do termo desenvolvimento sustentável, realizado na seção anterior, não se mostrou suficiente para que se possa perceber o sentido que ele tem adquirido na produção intelectual.

A definição de desenvolvimento sustentável adotada pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) no já clássico documento *Nosso Futuro Comum*¹⁰, e que posteriormente foi também assumida por diversas agências internacionais (como PNUMA, UICN, WWF, Banco Mundial, Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional da Suécia e do Canadá, organismos de pesquisa e fomento como Word Resources Institute, o International Institute for Environmental

⁹ Ver Souza, M.L., (1996).

¹⁰ Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento(1987).

and Development, o Wordwatch Institute e grupos ativistas como o Global Tomorrow Coalization¹¹) foi:

«desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades».

Tem sido pois sobre esse *slogan* que o consenso se tem mantido, mas quando nos aprofundamos um pouco mais na questão, as diferentes interpretações se instalam.

E mais complicado ainda tem sido o fato já percebido por muitos, como bem sintetizou Lélé¹², que as fraquezas e contradições do termo são tantas que no estágio atual toma-se até difícil caracterizá-lo como um conceito (no sentido mais preciso), na medida em que carece de ser mais trabalhado, necessita ganhar consistência e superar as contradições que têm sido apresentadas tanto por utilizadores como por críticos da idéia.

Na verdade o que se espalha pelo ar mais parece uma enorme polifonia, onde o único acorde comum parece ser **desenvolvimento sustentável**.

¹¹ Segundo Lélé, S.M. (1991).

¹² Ver Lélé, S.M. Ibidem.

Senão, vejamos alguns dos sentidos que o termo vem tomando em diversos autores através da compilação realizada por Pearce *et alli*¹³, da qual a seguir transcreverei¹⁴ e comentarei algumas definições:

«Desenvolvimento sustentável é aqui definido como um padrão de transformações econômicas estruturais e sociais (i.e., desenvolvimento) que otimizam os benefícios sociais e econômicos disponíveis no presente, sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro. O objetivo primeiro do desenvolvimento sustentável é alcançar um nível de bem estar econômico razoável e equitativamente distribuído que pode ser perpetuamente continuado por muitas gerações humanas. (...)desenvolvimento sustentável implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras, implica usar os recursos renováveis naturais de maneira tal que não necessariamente se destruam o acesso a eles pelas gerações futuras(...) desenvolvimento sustentável também implica a exaustão dos recursos energéticos não renováveis numa taxa lenta o suficiente

¹³ Pearce, David *et alli* (1989).

¹⁴ As citações estão traduzidas do texto de Pearce *et alli*, sendo que a referência original irá sendo indicada a cada nova definição apresentada.

para garantir uma alta probabilidade de transição societal ordenada para as fontes de energia renovável...»¹⁵

«Tomamos desenvolvimento como um vetor de objetivos sociais desejáveis, e seus elementos devem incluir:

- aumentos na renda per capita;
- melhora no *status* nutricional e da saúde;
- melhora educacional;
- acesso aos recursos;
- uma distribuição de renda mais justa;
- aumentos nas liberdades básicas.

(...)desenvolvimento sustentável é, então, uma situação na qual o vetor de desenvolvimento aumenta monotonicamente sobre o tempo. Sumarizamos as condições necessárias (para o desenvolvimento sustentável) como “constância de estoque do capital natural”. Mais estritamente, o requerimento para mudanças não negativas no estoque de recursos naturais como solo e qualidade do solo, águas e sua qualidade, biomassa e a capacidade de assimilação de resíduos no ambiente.»¹⁶

¹⁵ Goodland, Robert & Ledoc, G. “Neoclassical Economics and Principles of Sustainable Development”. *Ecological Modelling*, 38, 1987.



«Desenvolvimento sustentável: Desenvolvimento que significa alcançar satisfação constante das necessidades humanas e a melhoria da qualidade da vida humana.»¹⁷

O grande fruto da observação das definições apresentadas até aqui me parece ser comprovar a visão normativa que está imbuída nelas, embora com objetivos distintos. Alguns autores parecem se preocupar com aquilo que eles gostariam que fosse o desenvolvimento sustentável, mais do que propriamente com o que seus pares entendem por ele. Uns limitam a noção de sustentável a sustentabilidade ecológica, outros a superam. Uns fazem a apologia do crescimento econômico, outros reconhecem seus limites como motor da redução das desigualdades.

De uma forma geral também fica patente que os objetivos gerais do desenvolvimento sustentável continuam sendo os mesmos que as política de desenvolvimento tradicionais buscam.

«O conceito de desenvolvimento econômico sustentável quando aplicado ao Terceiro Mundo... diz respeito diretamente à melhoria do nível de vida dos pobres, a qual pode ser medida quantitativamente em termos de aumento de alimentação, renda real,

¹⁶ Pearce, David; Barbier, Edward & Markandya, Anil. *Sustainable Development and Cost-Benefit Analysis*. Londres, London Environmental Economics Centre, Paper 88-01, 1988.

¹⁷ Allen, Robert. *How to save the word*. Londres, Kogan Papwe, 1980.

serviços educacionais, e de saúde, saneamento e abastecimento de água etc., e não diz respeito somente ao crescimento econômico do nível de agregação nacional. Em termos gerais o objetivo primeiro é reduzir a pobreza absoluta do mundo pobre através de providenciar meios de vida seguros e permanentes que minimizem a exaustão de recursos, a degradação ambiental, a disrupção da cultura e a instabilidade social.»¹⁸

O que perpassa nessa definição é que a pobreza é *per si* um problema ambiental, na medida em que provoca o consumo de recursos naturais que dessa forma deixam de estar acessíveis para a produção econômica. E é a ocorrência dessa disfunção que a pobreza promove que precisa ser banida. A questão escassez dos recursos é que está em causa mais uma vez.

«A humanidade é capaz de tomar o desenvolvimento sustentável - de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atender também as suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem limites - não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da

¹⁸ Barbier, Edward. "The concept of sustainable economic development". *Environmental Conservation*, 14(2):101-10, 1987.

atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. Para a Comissão, a pobreza generalizada já não é inevitável.»¹⁹

Na definição anterior temos a impressão de que voltamos no tempo e que o discurso desenvolvimentista afinal não estava tão errado assim, pois a noção de que é o crescimento econômico que possibilita a maior redistribuição de renda é inteiramente reeditada. Ou seja, o crescimento econômico é admitido como causa e simultaneamente como conseqüência do problema que se pretende solucionar, uma vez que a Comissão admite que o próprio crescimento tem comprometido a possibilidade de desenvolvimento das futuras gerações, consumindo seus recursos, contaminando o meio ambiente em geral.

« A Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento não acredita que o cenário sombrio de destruição do potencial global nacional para desenvolvimento seja um destino inescapável. Os problemas são planetários mas não são insolúveis. Se cuidarmos da natureza, ela tomará conta de nós. A conservação chegou a um ponto do conhecimento que, se quisermos parte do sistema, temos que salvar o sistema inteiro. Esta é a essência do que chamamos desenvolvimento sustentável. Existem várias dimensões

¹⁹ Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento(1987).

para a sustentabilidade. Primeiramente, ela requer a eliminação da pobreza e da privação. Segundo, requer a conservação e a elevação da base de recursos, a qual sozinha pode garantir que a eliminação da pobreza seja permanente. Terceiro, ela requer um conceito mais abrangente de desenvolvimento, que englobe não somente o crescimento econômico, como também o desenvolvimento social e cultural. Quarto e mais importante, requer a unificação da economia e da ecologia nos níveis de tomada de decisão»²⁰

No entanto o planeta já foi mais abundante em recursos anteriormente e mesmo assim a pobreza surgiu e vem aumentando. O que faz a Sra. Brundtland pensar que com um aumento da base de recursos ela tenderá a desaparecer?

Por tudo que foi coletado nos parágrafos anteriores, me parece que a resposta sobre o que afinal é o desenvolvimento sustentável está longe de ser simples e consensual como normalmente se veicula.

3.3 Operacionalizando o conceito de desenvolvimento sustentável

²⁰ Ex-Primeira Ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland “Sir Peter Scott Lecture”, Bristol, 8 de Outubro de 1986.

3.3.1 No nível do discurso

Em 1991 foi realizado em Haia um simpósio sobre o tema “Desenvolvimento Sustentável: do Conceito à Ação”. Esse simpósio reuniu 40 pensadores de todo o mundo e foi copatrocinado pelo ministério de Cooperação para o Desenvolvimento da Holanda e o PNUD, em colaboração com a secretaria da CNUMAD.

O documento final é conhecido como “Informe de Haia” e é sobre o seu conteúdo que debruçarei os próximos parágrafos, por reconhecê-lo como um dos esforços mais representativos na seqüência do relatório “Nosso Futuro Comum” no sentido da unificação do discurso acerca do desenvolvimento sustentável.

O informe começa indicando que o objetivo do desenvolvimento é **aumentar as opções das pessoas**, e que esse objetivo deve ser garantido também para as gerações futuras, e por conseguinte determina que o desenvolvimento deve ser sustentável.

O conceito de desenvolvimento fica assim associado ao aumento das opções pessoais e o de sustentabilidade, ligado à possibilidade dessa continuidade.

No documento são propostas seis mensagens básicas de política que passo a citar²¹:

1. As preocupações ambientais não são uma ficção científica, e sim um perigo real em ascensão.

2. Uma resposta meditada a estas preocupações ambientais não consiste nem em deter o crescimento econômico nem em manter as pautas anteriores de crescimento, e sim em desenhar novos modelos de desenvolvimento sustentável

3. Os novos modelos de desenvolvimento sustentável devem centrar nas pessoas como preocupação primordial, incorporar novas tecnologias seguras do ponto de vista ambiental no planejamento dos investimentos e procurar formas de refletir o valor da escassez dos recursos ambientais nos futuros processo de tomada de decisões.

4. conceito de caráter sustentável coloca questões profundas a cerca do caráter e da distribuição do crescimento mundial futuro.

5. Existem diferenças críticas entre as prioridades ambientais dos países em desenvolvimento e as dos países desenvolvidos.

6. Os modelos de desenvolvimento sustentável devem evitar a falsa distinção entre problemas ambientais nacionais e mundiais.

Com vistas a tornar o conceito de desenvolvimento sustentável um programa concreto, foi estipulado também um programa de ação de 10 pontos:

1. Devem dotar-se os recursos ecológicos de um preço correto de maneira a refletir o seu valor de escassez

2. Em algumas esferas ambientais talvez seja necessário introduzir quotas e auditorias obrigatórias.

²¹ CNUMAD/PNUD (1992).

3. Deve se estabelecer um marco geral para estimular o uso de tecnologias ambientalmente seguras no desenvolvimento futuro.

4. Deve se reforçar a capacidade própria dos países em desenvolvimento para porem em prática políticas e programas de desenvolvimento sustentável.

5. Devem se reunir recursos financeiros importantes tanto para o meio ambiente como para o desenvolvimento por meio de acordos internacionais pragmáticos.

6. Devem se estabelecer marcos institucionais mundiais para prestar assistência à formulação de programas nacionais de desenvolvimento sustentável e para financiá-los.

7. Em algumas esferas existe a necessidade urgente de formular políticas ambientais mundiais, em particular na energia, na agricultura, na população, nas florestas tropicais úmidas, no clima, no comércio internacional e na transferência de tecnologia.

8. Deve ser estimulado em todos os países o preparo de cálculos de renda nacional ambientalmente sensíveis (“PNB verde”) de maneira a refletir os efeitos dos danos ambientais sobre o produto nacional e mundial todos os anos.

9. Deve propor-se um calendário de três anos para a formulação de estratégias de desenvolvimento humano sustentável tanto para países em desenvolvimento como para países desenvolvidos, que devem ser coordenados e vigiados à escala mundial.

10. Deve criar-se dentro das Nações Unidas um Conselho de Segurança do Desenvolvimento encarregado de formular e aplicar

um marco político para conceitos novos de “segurança centrada nas pessoas” e justiça humana, incluídas a segurança ecológica e a segurança econômica.»

Da leitura dos pontos acima referidos uma das conclusões mais claras é que a maior incongruência da receita do desenvolvimento sustentável é acreditar no crescimento como causa e simultaneamente como consequência do mesmo problema que pretende solucionar, o que torna a sua permuta em ações pragmáticas extremamente conflitivo.

Outra questão bastante complexa parece ser a praticabilidade de uma operação capaz de trazer para o presente os valores do futuro, de forma que possam ser, então, preservados. O futuro não parece ter grande poder de representatividade no mercado.

3.3.2 No nível da prática

Um dos reflexos operacionais mais recorrentes dessa abordagem têm sido a busca de indicadores de desenvolvimento que incorporem alguns aspectos relacionados com a qualidade de vida e do ambiente e que também respeitem as características regionais que por vezes os sistemas econômicos/sociais exibem.

O exemplo que se segue está sendo construído para uma micro região do sul do Brasil, a região do Vale do Itajaí. A idéia básica é construir um barômetro de sustentabilidade do desenvolvimento econômico da região, com características de índice, composto por 4 sub-índices, constituídos pelos seguintes indicadores:

- 1) Índice de Consumo de Capital Natural
 - indicador de perda de recursos florestais
 - indicador de perda de solos agrícolas
 - indicador de perda de água

- 2) Índice de Emissão de Poluentes
 - indicador de disposição de resíduos sólidos
 - indicador de cargas de resíduos orgânicos na água
 - indicador de lançamento de efluentes industriais

- 3) Índice de Degradação de Paisagens Naturais
 - indicador de perda de floresta primária e secundária
 - indicador de perda de planície aluvial
 - indicador de intervenção em cursos d'água

- 4) Índice de Bem Estar Social
 - indicador de mortalidade infantil 0-5 anos
 - indicador de saneamento básico
 - indicador de distribuição de renda
 - indicador de alfabetização

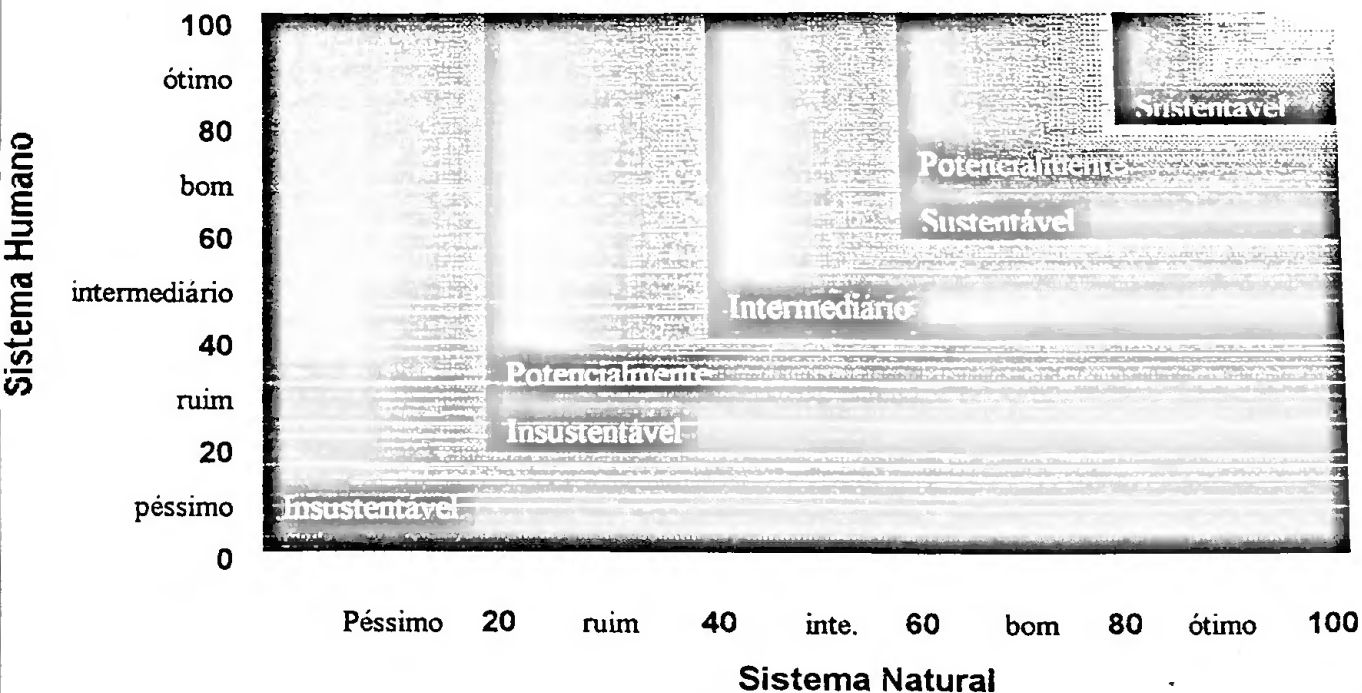
Desses índices, dois exibem os resultados do processo econômico no sistema humano (índice de consumo de capital natural e índice de bem estar social) e os outros dois (índice de emissão de poluentes e índice de degradação de paisagens naturais) no sistema natural. Tais representações

são então dispostas na forma de dois eixos cruzados, como se pode observar no gráfico abaixo, permitindo uma visualização bastante clara do resultado em relação a cada um deles.

Quanto mais próximo do cruzamento dos eixos estiver o índice encontrado, mais distante da sustentabilidade estarão as políticas de desenvolvimento econômico que estão sendo aplicadas a região em questão. Por outro lado, o acompanhamento ao longo do tempo de uma região permitirá visualizar a tendência que essa mesma região está traçando, permitindo nomeadamente, a alteração atempada de políticas.

A comparação entre regiões é outra das possibilidades que o barômetro pretende responder, permitindo acompanhar de uma forma generalizada as disparidades no caminho do desenvolvimento sustentável.

Barômetro de Sustentabilidade



Muito acerca da metodologia desse tipo de abordagem poderia ser comentado; porém, me deter exaustivamente nesse aspecto da questão exigiria uma análise bastante particular e bastante além do escopo desse trabalho.

Ao trazer esse exemplo estou buscando apenas demonstrar que uma das limitações com que a operacionalização da noção de desenvolvimento sustentável tem se deparado é a necessária regionalização da própria noção, o que entra em choque com a intenção superior de ser uma noção de reconhecimento universal e portanto passível de graduação e estudos de comparação.

Também poderia citar as enormes, porém não insuperáveis, dificuldades em se obter os dados e de torná-los manipuláveis sem que percam o sentido primário de suas informações.

Creio também ser claro que a noção de “padrão” é fundamental para tornar possível qualquer mensuração do tipo acima descrita, o que apenas serve para evidenciar, uma vez mais, não só a presença como também a importância das opções políticas, sociais e econômicas que comumente se mantém escondidas sob o alegado véu de neutralidade dos indicadores.

Ou seja, a noção de desenvolvimento sustentável não é capaz de superar o caráter normativo, embutido já na noção de desenvolvimento e reforçado pela de sustentabilidade. E é nesse ponto que me parece pertinente colocar algumas perguntas sobre a direção do desenvolvimento pretendido. Desenvolvimento a caminho do que? Sustentabilidade de que padrão? Para quem?

3.4 Algumas críticas ao desenvolvimento sustentável

Um dos maiores problemas que a noção de desenvolvimento sustentável tem demonstrado é que a busca obsessiva pelo consenso tem empobrecido a discussão, limitando-a ao escopo do slogan e não permitindo o seu aprofundamento.

Quando um “zerista” está falando de desenvolvimento sustentável, na verdade não está incluindo o crescimento econômico nas suas premissas. Quando um “neoestructuralista” ou mesmo um “neocodesenvolvimentista” está se referindo ao mesmo ponto, não só receita o crescimento econômico como também se refere à necessidade da presença reguladora do estado nos assuntos em pauta. Para um “neoliberal sustentabilista” o crescimento é indispensável, mas o governo não o é, antes pelo contrário, deve reduzir a sua interferência nesta matéria e deixar para o mercado a solução da questão. Ou seja, quando aprofundamos um pouco mais a discussão, as incoerências logo aparecem, como já demonstrado no tópico 3.2. Assim, o consenso que se acaba por criar é em torno de um vazio conceitual e teórico.

Termos freqüentemente utilizados demonstram essa falta de profundidade, por exemplo referindo-se a fetiches geográficos e sociais (Norte X Sul, Ricos X Pobres ...). Tal artimanha em nada facilita o entendimento dos fenômenos e muito menos põe em evidência a raiz política e econômica dessas categorias.

Ou seja, por mais que as velhas teorias tivessem problemas (e o tinham de fato), elas traziam subjacentes a vontade de compreender e resolver a questão do desenvolvimento humano, social e econômico.

Se os teóricos do desenvolvimento sustentável não forem capazes de dar uma maior densidade e coerência à teoria, ela corre o sério risco de não superar a situação de um discurso voluntarista e moralista na qual se encontra.

O desenvolvimento sustentável tem sem dúvida o mérito de trazer para a economia social o aspecto físico que lhe é relevante e tem sido descuidado. Porém, isso pode ser corrigido sem necessariamente ser trocado por um discurso ecocentrado, que retira do homem a centralidade do problema e o transfere para o meio ambiente. Até porque na maioria das vezes, no discurso sustentabilista, a ecologia humana tem sido subtraída da ecologia geral.

Acontece que os problemas relacionados com a “ecologia humana”, como o saneamento básico, o lixo, a urbanização, a produção de energia e tantos outros, acabam por se transformar em problemas de “ecologia geral”, como a poluição e a destruição de habitats.

Trabalhar tendo em conta o fato de que somos parte integrante da natureza é necessário, mas devemos ter em conta que nossa natureza natural já não é a única, e talvez nem seja mais a primeira²². Nossa esfera de ação já há muito engloba de forma e grau irreversível a natureza, resultando daí um

²² A esse respeito um texto de Darrell Posey é bastante instigante pois resumidamente nos demonstra que o manejo agrícola e ecológico praticados pelos índios Kayapó, da Amazônia já era mais sofisticado e produtivo do que se imaginava inicialmente. Muito do que hoje parece floresta tropical intocada é, de fato, fruto desse sistema de manejo. Para maiores detalhes ver Posey, D. A. (1995).

novo ambiente (chamado por Cavalcanti de sócioesfera²³) não compreensível meramente pela ótica naturalista. Ou seja, procurar explicar toda a realidade por uma ótica preponderantemente ecológica é deixar-se cair no reducionismo excludente do ecologismo²⁴.

Por outro ângulo o desenvolvimento sustentável também é passível de crítica na medida em que se permite ser associado a mais uma família de argumentos constituídos com a finalidade de dar uma nova legitimidade a expansão “sustentável” do capitalismo e a manutenção das atuais hegemonias.

Esse tipo de crítica ganha maior expressão quando nos referimos àquilo que se pode chamar de *main stream*²⁵ do pensamento acerca do desenvolvimento sustentável. Partindo-se pois, da leitura realizada para este trabalho, fica-se com a impressão que nesse caminho o que se procura sustentar é a manutenção das bases materiais (de recursos naturais) exigida para a conservação e expansão do processo econômico capitalista, em detrimento da questão que se impõe sobre a (*in*)coerência do princípio de crescimento econômico ilimitado e da supremacia das forças de mercado com o de limite; e a conseqüente necessidade de gestão planejada, imposto

²³ Ver Cavalcanti, C. (1995).

²⁴ «A ecologia - escreve Jürgen Dahl, em um artigo intitulado “Ecologia Pura” – não nos diz nada sobre o direito de um ser vivo para sobreviver em seu meio ambiente, só esquematiza o modelo de acontecimentos no qual a sobrevivência tem êxito ou fracassa».

²⁵ Ver Lélé, S.M. (1991).

pela sustentabilidade (seja a ela qual for, biológica, econômica, social, cultural e etc.).

Nesse aspecto reforçar o mercado pode ser encarado como reforçar o direito de poluir para quem pode pagar por ele. E os pobres não têm poder de mercado para fazerem cobrar seus direitos - nem os sociais, quanto mais os ecológicos e culturais. Isso sem mencionarmos os excluídos do sistema formal, que embora não participando ativamente do mercado estão incluídos na sócioesfera planetária (escala a que os problemas propostos pelo desenvolvimento dizem respeito).

Nesses momentos me pergunto inclusive que ação preservacionista é essa que acena com uma prática de gestão derivada da lógica dos recursos nacionais (propriedade privada, autonomia e responsabilidade nacionais, maturidade) quando se tratam dos recursos naturais dos países desenvolvidos e com a lógica dos bens públicos (propriedade pública, responsabilidade extra-nacional e ausência de autonomia) quando se tratam de recursos naturais dos países em desenvolvimento.

Sugerir que as nações que estão em processo de crescimento mais acelerado, porém tardio, paguem “impostos sociais” que as que já vão mais avançadas no processo não pagaram me leva a pensar se não parece que o protecionista de hoje, que foi o destruidor de ontem, não se pretende manter como o principal consumidor de amanhã, uma vez que isso aumentaria consideravelmente a distância a percorrer e os obstáculos a vencer pelas nações que vêm atrás.

Por outro lado, como já comentado no tópico anterior, para ser operacionalizável o conceito precisa mensurar, de forma ordinária e sob padrões, através de um escalonamento do melhor para o pior, as variáveis

explicativas, o que implica na necessidade (não suprimida pelo simples emprego do termo “desenvolvimento sustentável”) de se retomar as discussões acerca dos objetivos das políticas desenvolvimentistas.

Enfim, o que se percebe é que o escopo do desafio da discussão proposta a partir das desigualdades sociais e do rastro de extinção e destruição causado pela amplitude do poder de transformação que a humanidade atingiu sobre a natureza (e de como vamos conviver com essa realidade daqui por diante), exige uma resposta mais profunda e pluralista do a que se tem proporcionado no âmbito do desenvolvimento sustentável.

4. Para um Novo Olhar

A assunção dos valores individualistas e materialistas tem levado a um recurso exagerado à tecnologia pesada, ao consumo perdulário e à rápida exploração dos recursos naturais planetários, alimentados pela motivação do crescimento.

Ou seja, o crescimento econômico e tecnológico vem sendo, naturalmente, associado à noção de uma economia saudável e desenvolvida, independente de estar cada vez mais vinculado aos desastres ecológicos, ao lixo atômico, a práticas empresariais escusas e até mesmo à desintegração do tecido social (desemprego, ausência de identidade cultural e etc....) e dessa forma, a derivada noção de desenvolvimento também.

Entretanto, está se tornando extremamente difícil conviver harmoniosamente com as mazelas sociais anteriormente diagnosticadas, quanto mais não seja em função das dimensões que elas têm atingido e do caráter de disfuncionalidade que elas vêm apresentando.

Diretamente dessa situação surgem as interrogações sobre como podem coexistir diferenças de renda e/ou padrão de consumo tão grandes entre os membros do mesmo sistema econômico. Sim, porque a maior e

mais assustadora diferença não é a existente e notória entre o “selvagem coletor” e o “civilizado capitalista” - essa é “natural” – a desconcertante é a existente no seio dos próprios capitalistas.

4.1 Reforçando o Antigo Olhar

Manter o que chamo de antigo olhar é retornar, de forma conservadora, às questões levantadas nos capítulos anteriores e resumida nos parágrafos acima mantendo uma perspectiva teleologista do desenvolvimento.

Ou seja, nesse caminho a ponte a se construir sobre o fosso forjado nas desigualdades e injustiças sociais parece vir no bojo do processo que tem garantido e alimentado essa discrepância, qual seja, a dinâmica que o crescimento econômico impõe. Mais que isso, implica uma devoção irrestrita à noção de movimento e crescimento que surgiu a partir da hegemonia do processo de produção industrializante¹.

Por outro lado, essa via tem apresentado os mesmos problemas que culminaram com a crise vivenciada pelas teorias do desenvolvimento, já que o desenvolvimento não tem surgido, como imaginado, como um resíduo automático do crescimento.

A continuidade da senda desenvolvimentista e teleologista pressupõe que todos podem alcançar o cume do pico, o nível de consumo que os países

desenvolvidos estão continuamente elevando.

Para isso é preciso que os subdesenvolvidos cresçam muito mais rapidamente que os desenvolvidos, e descubram a forma de distribuir democraticamente os frutos desse crescimento pela população.

Mas como conciliar este quadro de necessidades crescentes com a limitação que a finitude dos recursos impõe?

E será que é esse o grande desafio que se coloca para a criatividade humana (que parece, nesse momento, auto-limitada): conceber uma sociedade em que progressivamente uma maior parcela da população seja incorporada ao padrão sócio-económico denominado desenvolvido, num cenário de sinergia com os processos dos ecossistemas. Será isso possível ou mesmo desejável?

Relembrando Jaguaribe²:

« o desnível entre o Norte e o Sul é, como se sabe, um fato histórico relativamente recente. Em todas as sociedades civilizadas do mundo, o nível básico de vida foi o mesmo, até a renascença. A revolução mercantilista veio criar diferenças em favor dos países que se dedicaram ao comércio mundial e ao colonialismo. Com a Revolução Industrial, as sociedades industriais passaram a ter, em

¹ Pois, dialeticamente, também foi esse crescimento que permitiu o processo de acumulação de capital em poucas mãos e garantiu a sua multiplicação e reconcentração através das inovações.

² Jaguaribe, H. (1992), pág. 8.

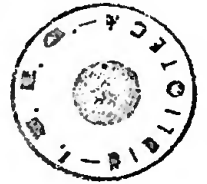
relação às sociedades que permaneceram agrárias, vantagens cada vez mais aceleradas.»

E acrescentando a isso as observações de Souza³:

«O subdesenvolvimento é uma caricatura criada pelos processos de colonização, ocidentalização e modernização.(...)Os incas, os astecas, os maias, os grandes reinos africanos e as esplendorosas civilizações asiáticas da era pré-colonial, como também as materialmente modestas comunidades de caçadores e coletores não eram, certamente, “desenvolvidas”, mas nem por isso eram “subdesenvolvidas”, e denominá-los de tradicionais não trai menos o etnocentrismo do analista. Eles eram pura e simplesmente eles mesmos, naturalmente expostos a influências externas, sem serem caricaturas deploráveis de alguém.»

Também não é de se esquecer que a teorização sobre o desenvolvimento nasceu como um «cavalo de Tróia» com a «marca da missão civilizadora do ocidente capitalista industrial, para enfrentar a novidade da emergência política do terceiro mundo (impulsionada pela revolução chinesa e ascensão do bloco comunista»⁴, atuando como um catalizador dos esforços dos países recentemente descolonizados, capaz de

³ Souza, M. L. (1995), pág. 29.



justificar necessidade da destruição dos sistemas tradicionais de valores e de exploração acelerada do meio físico, em nome da modernização dependente.

Mas manter crescente a produtividade e conseqüente capacidade de ampliação do sistema econômico tem requerido crescer em produção (e consumo de recursos naturais) sem o respectivo aumento de emprego, resultando em uma elevada dualização, inevitável mesmo no seio do sistema, entre os cidadãos de primeira classe (produtivos) e os de segunda (inativos, desempregados).

Nesse cenário contemporâneo as neuroses urbanas e a degradação social se alimentam e confundem com a ausência de valores morais e com a pasteurização cultural, o desgaste ambiental com o medo da escassez de recursos, e mesmo assim ainda se procura manter no esquecimento que nossa capacidade de auto-destruição também cresceu além da nossa maturidade ética.

Em termos ecológicos se faz sentir a tomada de consciência de que o padrão de consumo dos países desenvolvidos não é passível de se reproduzir para os subdesenvolvidos

Nesse sentido, uma das saídas têm sido redesenhar objetivos finais diferentes para os países subdesenvolvidos, acenando-lhes com um nível mais baixo de consumo que os praticados nos países desenvolvidos - muito embora ainda maior que o atual - e com um estímulo a busca de identidades

⁴ Lisboa, A. M. (1995)

e padrões alternativos⁵, desde que possuam um caráter integrável ao do centro hegemônico.

Para o prosseguimento nessa via, é indispensável garantir o fluxo contínuo de apropriação dos recursos não utilizados na periferia por parte do centro do sistema. Aliás é necessário que a globalização siga rompendo com as últimas resistências à inserção no paradigma industrializante e assim eleve um pouco mais a oferta de recursos apropriáveis.

Tal caminho, entretanto, parece muito pouco preparado para enfrentar os modernos conflitos distributivos econômicos/ecológicos (ou seja, o acesso desigual ao uso dos recursos e serviços naturais) que se mostram como uma nova face para os antigos conflitos econômicos *estrito sensu* que continuam longe de uma solução.

A maior realização de um século de crescimento econômico foi ter construído um mundo mais unificado que nunca, porém dividido entre a pobreza e a riqueza, entre o atraso e a modernidade, enfim, com um perfil terceiro mundista⁶.

E se hoje, segundo Arndt⁷:

⁵ «Durante uma reunião da Academia Evangélica de Loccum, o diretor assumiu a seguinte conclusão (conforme relato de Michael Jäger, intitulado “O mundo redividido”, in *Freitag*, n.º 19, 19.1.1992): “Uma vez que a modernização do mundo todo conduziria ao colapso ecológico, são desejáveis regiões com padrões sociais diferentes; espera-se que estas sejam assumidas quando a frustração econômica for supercompensada com uma formação ‘cultural’ da identidade das regiões”» Altvater, E. (1995), pág. 253.

⁶ Ver Buarque, C. (1993).

⁷ Arndt, H. W. (1987), pág. 1.

«(...) quando perguntamos as pessoas os objetivos desejados de desenvolvimento as respostas são variadíssimas:

Mais alto nível de vida. Aumento de renda per capita. Aumento de capacidade de produção. Domínio sobre a natureza. Liberdade através do controle do ambiente pelo homem. Crescimento econômico. Mas não só crescimento, esse crescimento com qualidade. Eliminação da pobreza. Satisfação das necessidades básicas. Alcançar os países desenvolvidos em tecnologia, saúde, poder e status. Independência econômica. Libertação, o significado da ascensão humana. Desenvolvimento, no sentido exato da palavra, aparece como que envolvendo quase todas as facetas da sociedade ideal, a estrada para a utopia»

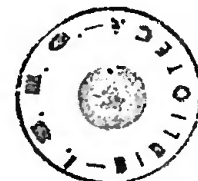
Mais difícil ainda parece ser que a manutenção de uma construção teórica ligada ao reducionismo-mecanicista seja capaz de responder a tantos anseios.

4.2 Para um novo desenvolvimento

Seguindo no desafio de buscar um novo sentido para a noção de desenvolvimento, porém buscando romper o círculo vicioso que nos aprisiona, Souza⁸ sintetiza os novos marcos necessários:

⁸ Souza, M. L. (1997),pág. 261-263.

1. «superação do economicismo...;
2. superação do teleologismo ...;
3. superação do eurocentrismo...;
4. clareza quanto ao fato de que o capitalismo é um modo de produção orientado para o crescimento e a acumulação de capital, sendo, por conseguinte, particularmente anti-ecológico (ou particularmente gerador de alta entropia); como decorrência lógica;
5. superação do produtivismo, quer na sua variante capitalista, quer na sua variante marxista (já que do ponto de vista ecológico, geoeconômico e geopolítico a expansão do consumismo e do desperdício dos países ditos desenvolvidos ao conjunto do planeta, é impossível);
6. a não ser que se queira endossar uma hipocrisia funcional à manutenção de desigualdades na escala do sistema mundial capitalista, deve-se aceitar o desafio da mudança do modelo civilizatório – vale dizer, provocativamente: o desafio do desenvolvimento - é um desafio global, e não apenas dos países chamados de subdesenvolvidos;
7. desafio da mudança do modelo civilizatório, por mais que pareça atualmente romântico ou quixotesco, é objetivamente pertinente, e envolve questões ligadas à materialidade das tecnologias, à organização espacial e à gestão das tecnologias, da natureza e dos espaços.»



Ele prossegue, insistindo na necessidade de uma integração mais consistente do “princípio da maximização de justiça social” com o “princípio da minimização da degradação ambiental” como condição também indispensável para a reconceituação do “desenvolvimento”, de uma forma geral.

Ou seja, nessa perspectiva o desenvolvimento deve ser visto como um processo de superação dos problemas sociais onde a sociedade se torna mais justa, mais legítima.

O nível de renda e os bens acessados, nessa situação, podem ser encarados, na melhor das hipóteses, como meios e nunca como fins.

Com uma definição assim tão ampla, o caminho parece estar aberto para a superação do etnocentrismo e para permitir uma nova operacionalização do conceito.

4.3 Relativizando o desenvolvimento

Porém, ao reconduzir a discussão sobre o desenvolvimento econômico, sustentável ou não, para o caminho da qualidade de vida das sociedades humanas, da justiça social e não necessariamente dos seus níveis de consumo, se torna pertinente questionar-se sobre a própria relevância de tal noção, uma vez que o padrão desenvolvimentista de acumulação não só tem se mostrado inadequado para superar os níveis atuais de pobreza como tem gerado novas formas de exclusão.

Nunca é demais lembrar que quando pensamos em aumento da renda per capita como sinônimo de desenvolvimento, em geral não nos lembramos das situações caricatas, como nomeadamente a causada pela

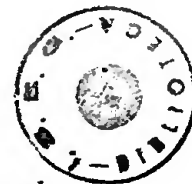
transformação de um grupo humano com relações econômicas tradicionalmente não monetárias em pedintes e assalariados (processo de aculturação de uma aldeia indígena, por exemplo) pois, por mais miseráveis que sejam esses salários e reduzidos os consumos, a renda total se beneficia significativamente em relação a situação anterior. Independente da nova situação de despossuídos absolutos ou relativos em que eles agora se encontram, finalmente terão seus novos rendimentos monetarizados, surgindo portanto para as estatísticas e dessa forma sendo adicionados aos demais.

Por outro lado, o processo que tem permitido a manutenção das alarmantes desigualdades sociais⁹ tem se apoiado na nuvem de areia que, na maioria das vezes, o crescimento econômico joga sobre os olhos dos países menos favorecidos, lhes turvando a visão e dificultando a percepção sobre o real grau de satisfação de necessidades básicas, materiais e espirituais de sua população, e sobre a autonomia política, econômica e tecnológica de que conseguem gozar.

Daí, transcender a noção basilar de desenvolvimento também tem se apresentado como um dos caminhos possíveis para que se possa retomar, em novas bases, os desafios gerados pelo colapso do paradigma modernizador.

Segundo Aristóteles¹⁰, temos duas formas de nos relacionarmos com a economia. Uma é a "*oikonomia*", ou seja, o governo da casa, a gestão e

⁹ Vide nota de rodapé número 1 do capítulo 1.



disponibilização de todos aqueles bens que são necessários para a vida de qualquer grupo (relacionada com os valores de uso, com o valor), a outra é a “*crematística*”, que é arte de adquirir riqueza (associada aos valores de uso, à riqueza).

Sendo assim, para a economia a necessidade de adquirir riqueza estaria condicionada às necessidades naturais de consumo de uma sociedade, enquanto que para a *crematística* tais limites não se apresentam, muito antes pelo contrário, são negados, já que o seu objetivo é em si o meio de aquisição e o poder potencial que ele representa.

Ao longo da história humana a *crematística* ganhou autonomia na medida em que o processo econômico se tornou uma busca de métodos de troca destinados a proporcionar o máximo lucro. Aristóteles percebe que essa arte de busca de riqueza monetária “parece” ser criadora de riqueza e bens, e principalmente de uma riqueza sem limites. Mas também observa que uma importante diferença de atitude é solicitada num caso e noutro¹¹.

A finalidade da ação econômica é, para ele, a distinção relevante, pois o que Aristóteles defende enquanto filosofia econômica correta é toda a ação destinada a gerir o bem-estar pessoal, familiar e político, não aceitando a emancipação da busca de riquezas como um fim auto-justificado.

Modernamente a ciência econômica realizou uma troca em sua raiz etimológica, limitando-se a apenas uma abordagem da questão econômica e mantendo em uso apenas o vocábulo “economia”, mas alterando o seu

¹⁰ Aristóteles (1966), Livro 1.

sentido em favor de um comportamento social e filosófico crematístico.

Hoje é quase uma unanimidade se associar um resultado de riqueza social a uma soma de buscas privadas de enriquecimento.

A noção inicial e legítima da economia, portanto, desapareceu, perdeu seu lugar para a crematística. E isso tem induzido muita confusão no seio da ciência, uma vez que a noção de “riqueza” precisa da noção de valor de troca para se materializar, enquanto que a de “bem-estar” se realiza em valores de uso.

A prática social ao juntar as duas, subordinando a segunda à primeira, se distanciou também da discussão ética acerca dos fins. E tem contribuído para negar as relações de interdependência entre os objetos da economia e a ecologia (“estudo da casa”), que suas etimologias pareciam evidenciar.

De certa maneira, os questionamentos em torno do desenvolvimento (e portanto da relação entre processo econômico e meio ambiente), trazem à tona novamente o receio que Aristóteles nutria acerca do desenvolvimento da crematística, da busca pura e simples do enriquecimento.

Nesse sentido, rejeitar a noção de desenvolvimento para a construção futura da humanidade pode ter também um efeito didático, esclarecedor, sobre o fato de que se procura construir algo realmente novo, sobre outro paradigma. É uma forma de reforçar a percepção que o desenvolvimento pode ser bom ou mal¹², mas nunca aético.

¹¹ Ver Cordeiro, R. C. (1995).

«... o desenvolvimento, ao mesmo tempo que realiza um modelo cultural/civilizacional burguês, o capa e desintegra. Ao mesmo tempo que funciona por e para a expansão de um modelo de humanidade masculino, adulto, burguês e branco, suscita uma reação múltipla que não só ataca a domínio desse modelo mas também o seu valor. Assim, os fermentos juvenis, femininos, multiétnicos, e multirraciais atuam, mas o fazem em desordem, sem que se chegue todavia, a constituir um novo modelo de humanidade fundado, dessa vez, na expansão da unidade genérica e na expansão das diferenças.»¹³

4.4 A Autonomia Sustentável

Negar o desenvolvimento não deve significar estagnação, em nenhum dos sentidos que a palavra possa ter. Deve significar sim, dar a sociedade a possibilidade dela refletir sobre ela mesma, de criar e manter uma diversidade de soluções que se mostrarem viáveis e compatíveis. Deve ser dar uma hipótese à autonomia.

Procurar a autonomia significa respeitar a autodeterminação dos povos, reconhecer as diferentes necessidades materiais e espirituais que cada cultura engendra e aceitar a diferença nos métodos de as satisfazer.

¹² Ver Shiva, V. (1988).

¹³ Morin, E. (1980), pág. 233.

Exige que a relação Estado e sociedade civil seja reconstruída sobre as bases desse novo objetivo, de forma que se potencialize o diálogo com a sociedade civil organizada, a democracia direta e a participação popular.

O princípio de autonomia de cada sociedade tem, como é lógico, o limite no respeito que deve as outras sociedades e na conjunta manutenção da autonomia das com que compartilha o mesmo meio físico.

Segundo Lisboa,

« O contrário de desenvolvimento não é decrescimento, é a possibilidade da sociedade de se pensar através dela mesma, de usufruir criativamente da sua diversidade. A cegueira do desenvolvimento tem debilitado a capacidade de cada povo de decidir-se autonomamente por algo autêntico.(...) (A autonomia) É a perspectiva de uma sociedade prudente que reconhece os limites da ação humana(...), que reflete sobre seu futuro, impondo-se à dinâmica cega des-mesurada da economia contemporânea.»¹⁴

Mas reconhecer a prioridade que deve ser dada ao princípio da autonomia não significa que, automaticamente o caminho que daí advenha seja prudente, ou mesmo ético em termos globais. É preciso que constantemente as questões estejam abertas e que exista concretamente a

¹⁴ Lisboa, A. M. (1995), pág. 9.

possibilidade social de efetivar qualquer interrogação¹⁵.

O caráter de sustentabilidade surge aqui para lembrar e redimensionar os laços com os ecossistemas que interagem com o ecossistema humano e do qual ele depende.¹⁶

E tem também, a ambição de trazer a multidisciplinariedade como forma preferencial de tratamento dos problemas, pois se referencia a uma sustentabilidade global, e como tal não pode descuidar nem da ecologia nem da justiça social.

Em termos aplicativos, a título de exemplo apenas, novas formas de se mensurar as variáveis a serem consideradas precisam surgir, que não apenas as expressas pelo valor monetário. Em sua relação com o mundo real a economia precisa de elementos além do valor de troca para conseguir perceber os fatos. Em uma possível nova estrutura conceitual o consumo de energia (quantitativamente e qualitativamente falando), essencial em todos os processos industriais, deverá ter um papel relevante.

É verdade que nesse contexto as dificuldades apresentadas pelos

¹⁵ Para maior aprofundamento ver Souza, M. L. (1997), comentando a idéia de autonomia apresentada por C. Castoriadis.

diálogos interculturais permanecem. Entretanto, é maior ainda a necessidade desses diálogos se realizarem, ainda com maior profundidade, responsabilidade e autonomia.

O que se procura aqui, é um novo caminho que se redesenha a todo instante, através do questionamento autônomo e da busca da justiça social, capaz de se assumir integrante de um sistema maior, do qual depende e pelo qual é simultaneamente responsável.

4.5 Por um novo olhar

O que se vislumbra no horizonte desse fim de século é bastante incerto. Por um lado nos encontramos diante do cenário da catástrofe eminente, uma vez que materialmente a humanidade tem acumulado potencial destruidor suficiente para se extinguir e que a disseminação de armamento nuclear não tem sido seguida de uma proporcional disseminação de tolerância. Temos, por outro lado também, e em oposição a esse cenário tristonho, a possibilidade de um renascimento para a humanidade.

Mas esse renascimento só pode se tornar uma opção concreta na

¹⁶ «Tal como os organismos individuais os ecossistemas são sistemas auto-organizadores e auto-reguladores em que animais, plantas, microorganismos e substâncias inanimadas estão ligados através de uma teia complexa de interdependências que envolvem a permuta de matéria e energia em ciclos contínuos. As relações lineares de causa e efeito só ocorrem muito raramente nesses ecossistemas, e os modelos lineares não são muito úteis para descrever as interdependências funcionais dos sistemas sociais e econômicos neles inseridos e sua tecnologia. O reconhecimento da natureza não-linear de toda dinâmica de sistemas é a própria essência da consciência ecológica, a essência da

medida em seja possível nos libertarmos das estradas que nos trouxeram a essa encruzilhada.

Entretanto, permanecendo com a perspectiva de Morin, intermediariamente, é possível o surgimento de uma nova “idade média” planetária. Para ele esse tempo já começou e pode assim ser descrito:

«...Em lugar de uma síntese fecunda entre a ordem e a desordem, o que deveria ser o progresso, vemos desenhar-se a sobreposição de uma ordem rígida (assegurada por aparatos implacáveis) e de uma desordem não criadora (em que se dissolveram as regras “civilizadas”).»¹⁷

Ou seja, hoje o primeiro cenário, baseado na continuidade de um desenvolvimento próximo (em sentido) ao do realizado nos últimos séculos pela humanidade e provavelmente suicida, parece ser bem mais provável que o segundo, que a fecundidade:

“sabedoria sistêmica”, como a chama Bateson.» Capra, F. (1982), pág. 381.

¹⁷ Morin, E. (1980), pág. 244.

«Porém todas as grandes mudanças, todos os grandes progressos, tanto da história da vida como da história do homem, tem sido vitórias do improvável.»¹⁸

¹⁸ Ibidem.

Conclusão

Ao longo desta especulação tenho descoberto que procurar assumir a realidade dos fatos, não tentar moldar a complexidade das relações às nossas limitações intelectuais e emocionais, e questionar sempre a ética submergida nos nossos pensamentos, são princípios metodológicos de que não podemos descuidar. Percebi também que a experiência não deve, de maneira alguma, ficar subjugada à destreza intelectual do estudioso, uma vez que a nossa percepção sensorial dos fatos é limitada e relativa, e a lógica também tem um alcance restringido pelas nossas mentes e pelos nossos princípios.

A par disto, e enquanto cientista social, me pareceu ser fundamental manter a clareza possível acerca da minha posição nos processos, do meu ponto de vista sobre os fatos, e não permitir que meus colegas de estudos tenham dúvidas quanto a isso, como forma de assumir a relevância que os valores morais têm em qualquer realização humana e ao mesmo tempo tentar trabalhar da forma mais transparente possível.

Estudar qualquer matéria social exige a percepção de que a sociedade humana já não é natural nem está completamente artificial. Retrata, sim,

ambos os estados, em simultâneo. Enquanto objeto de estudo, ela não pode ser reduzida a apenas um destes aspectos. Ela está situada e depende tanto da biosfera como da cultura. Está sob a atuação reflexiva do saber social, e em conjunto com ele reconstrói, todos os dias, os nossos futuros.

No âmbito que o problema do desenvolvimento se coloca atualmente, para que se possa pensar em uma solução, é preciso que nos reconheçamos enquanto parte de um sistema maior. Que sejamos capazes de nos reorientarmos do atual paradigma civilizacional baseado no ego para um alicerçado no eco (*oikos*) dentro da interpretação holística a que o termo se presta. Precisamos ser capazes de reinventar não apenas os conceitos e as tecnologias, mas também os objetivos a que elas servem, recolocando as discussões éticas adiante das realizações.

As restrições naturais têm imposto discussões sobre os limites superiores que o sistema agüentaria. Mas não podemos também deixar de refletir sobre o limite inferior, abaixo do qual não é admissível que se mantenha nenhum ser humano.

É preciso que toda a humanidade se encontre dentro desta banda de sustentabilidade, mas também é preciso também assumirmos que essa banda não deve ser assim tão larga, não há justificativa eticamente aceitável para que ela seja de forma diferente.

Procurar os caminhos do desenvolvimento local, não perdendo de vista a articulação global, buscando no entorno alianças positivas e regenerativas tem se mostrado como um dos caminhos viáveis. O caminho da solidariedade também deve ser estimulado.

Porém não é de se perder de vista que a condição necessária para que

a solidariedade possa se estabelecer entre duas partes é que elas se sintam “iguais”, pois de uma relação entre “desiguais”, é possível se construir a caridade (conceito fundamentado na diferença), mas nunca a solidariedade.

Já em termos de meio ambiente é urgente rejeitar a idéia bastante comum de se associar ecologia apenas a estratégias de preservação dos recursos ambientais. Essa é uma percepção bastante restritiva e instrumental, conforme já foi exaustivamente comentado ao longo deste trabalho. Esse é um problema mais amplo pois, de fato, a autonomia verdadeiramente sustentável requer tanto atenção à justiça e equidade social como a preservação do nosso meio ambiente natural.

Nesse sentido, quando se reassumirem as questões éticas, a necessidade de alterações dos padrões de produção e de consumo ora praticados pela minoria “desenvolvida” da população se fará notar.

Daqui por diante, grande parte da agenda de pesquisa que pretendo assumir será, sem dúvida, preenchida pela reconstrução ou substituição do conceito de desenvolvimento, nos termos que o último capítulo dessa tese tateou. Não descuidando porém, dos temas levantados no capítulo destinado a tratar um pouco de epistemologia.

Bibliografia

ABDEL MALEK, Anouar (1975), *A Dialética Social*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro-Brasil.

ALTVATER, Elmar (1995), *O Preço da Riqueza*, UNESP, São Paulo-Brasil.

ARISTÓTELES (1966), *A política*, HEMUS, São Paulo-Brasil.

ARNDT, H.W. (1987) *Economic Development – The History of an Idea*, The University of Chicago Press, Chicago-EUA.

BARTHOLO, R. Jr. (1986) *Os Labirintos do Silêncio. Cosmovisão e Tecnologia na Modernidade*, Ed. Marco Zero e COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro-Brasil.

BROWN, Lester R. (1980) *O Vigésimo Nono Dia*, Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-Brasil.

BRÜSEKE, Franz J. (1996) *A Lógica da Decadência: Desestruturação Sócio-econômico, o Problema da Anomia e o Desenvolvimento Sustentável*, Editora Cejup, Belém-Brasil.

BUARQUE, Cristóvam (1993) *O Pensamento em um Mundo Terceiro Mundo*, in Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável, Ed. Brasiliense, São Paulo-Brasil.

CAPRA, Fritof (1975) *O Tao da Física*, Editora Cultrix, São Paulo-Brasil.

CAPRA, Fritof (1982) *O Ponto de Mutação*, Editora Cultrix, São Paulo-Brasil.

CARDOSO, F.H. e FALETTO, E. (1984) *Dependência e Desenvolvimento na*

América Latina, Ed. Zahar, Rio de Janeiro-Brasil.

CASTORIADIS, Cornelius (1980) *Reflexiones sobre el "Desarrollo" y la "Racionalidad"*, in *El Mito del Desarrollo*, Ed. Kairós, Barcelona-Espanha.

CAVALCANTI, Clóvis - Org. (1995) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável* Cortez editora, São Paulo-Brasil.

CNUMAD/PNUD (1992) *Desarrollo Sostenible: Del Concepto a la Acción*, (El Informe de la Haya)

COLBY, Michael E. (1992) *La Administración Ambiental en el Desarrollo: Evolución de los Paradigmas*, in *El Trimestre Economico*, vol. LVIII (3), nº 231, México, pág. 589-615.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1987) *Nosso Futuro Comum*, FGV, Rio de Janeiro-Brasil.

DALY, Herman; Cobb Jr., Jonh (1993) *Para el Bien Común*, FCE, México.

DICIONÁRIO DE ECONOMIA (1985) Coleção "Os Economistas", Editora Abril Cultural, São Paulo-Brasil.

CORDEIRO, Renato C. (1995) *Da Riqueza das Nações à Ciência das Riquezas*, Edições Loyola, São Paulo-Brasil.

DIEGUES, Antonio C. (1992) *Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da Crítica dos Modelos aos Novos Paradigmas*, in *São Paulo em Perspectiva*, nº 1-2, jan./jul., São Paulo-Brasil.

EISENSTAD, S.N. (1970) *Ensayos sobre el Cambio Social e la Modernización*, ed. Tecnos, Madri-Espanha.

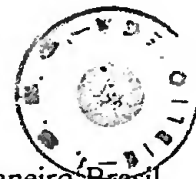
FURTADO, Celso (1974) *O mito do Desenvolvimento Econômico*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro-Brasil.

GEOGESCU-ROEGEN, Nicholas (1973) *The Entropy Law and the Economic Problem*, in *Daly, Herman E. (org.) Toward a Steady-state Economy*, W. H. Freeman and Company – São Francisco-EUA.

GEOGESCU-ROEGEN, Nicholas (1981) *Alguns Problemas de Orientação em Economia*, Edições Multiplic: Uma colaboração para a EPGE, vol. 1, nº 4, Rio de Janeiro-Brasil.

GIDDENS, Anthony (1996) *As Consequências da Modernidade*, Celta Oeiras-Portugal.

- GOULDNER, A.W.** (1979) *La sociologia Actual: Renovación e Crítica*, Alianza Editorial, Madri-Espanha.
- HIRSCHMAN, A.** (1960) *Estratégia de Desenvolvimento Econômico*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro-Brasil.
- HIRSCHMAN, A.** (1979) *As Paixões e os Interesses – Argumentos Políticos a favor do Capitalismo antes do seu Triunfo*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro-Brasil.
- JAGUARIBE, Hélio** (1992) *A Nova Ordem Mundial*, in *Política Externa*, 1 (1), Junho/92 - Brasil.
- JEAUNEAU, Édouard** (1963) *A Filosofia Medieval*, Edições 70, Lisboa-Portugal.
- LÉLÉ, Sharachchandra M.** (1991) *Sustainable Development: A Critical Review*, in *World Development*, 19(6):607-21 Pergamon Press, Inglaterra.
- LEWIS, W. A.** (1954) *El Desarrollo de las Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*, in **Kanth, Rajani** (editor) *Paradigms in Economic Development – Classic Perspectives, Critiques, and Reflections*, (1994) M.E. Sharpe, New York-EUA.
- LISBOA, Armando M.** (1994) *Economia: Oiko + Nomos? A Linguagem Desfigurada*, in *Textos de Economia*, Vol. 5, nº 1/94, UFSC, Florianópolis-Brasil.
- LISBOA, Armando M.** (1995) *Desenvolvimento: Uma Idéia Subdesenvolvida*, UFSC-CSE-DCE, nº 1/95, Florianópolis-Brasil.
- LOVELOCK, James** (1993) *Gaia: A New Look of Life on Earth*, Oxford University Press, Oxford-Inglaterra
- MARTÍNEZ ALIER, Joan** (1994) *De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular*, ICARIA Editorial, Barcelona-Espanha.
- MCNEELY, Jeffrey A.** (1988) *Economics and Biological Diversity: Developing and Using Economic Incentives to Conserve Biological Resources*, IUNC, Gland-Suíça.
- MEADOWS, D. et alli** (1972) *The Limits to Groth*, Universe Books, New York-EUA.
- MÍRES, Fernando** (1990) *El Discurso de la Natureza: Ecología y Política en América latina*, Espacio Editorial, Buenos Aires-Argentina.
- MORIN, Edgar** (1980) *El Desarrollo de las Crisis del Desarrollo*, in *El Mito del Desarrollo*, Ed. Kairós, Barcelona-Espanha.
- MYRDAL, Gunnar** (1976) *A Objectividade nas Ciências Sociais*, Assírio e Alvim,



Lisboa-Portugal.

MYRDAL, Gunnar (1977) *Contra a Corrente*, Editora Campus, Rio de Janeiro-Brasil.

PEARCE, David; MARKANDYA, Anil & BARBIER, Edward (1989) *Bleuprint for a Green Economy*, The London Environmental Economics Centre for the UK Department of the Environment Earthscan Publications Ltd., Londres-Inglaterra.

PNUD (1994) *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994*, Tricontinental, Lisboa-Portugal.

POLANYI, Karl (1980) *A Grande Transformação - As Origens da nossa Época*, Editora Campus, Rio de Janeiro-Brasil.

POSEY, Darrell, A. (1995) *Consequências Ecológicas da Presença do Índio Kayapó na Amazônia: Recursos Antropológicos e Direitos de Recursos Tradicionais*, in Cavalcanti, Clóvis *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, Cortez editora, São Paulo-Brasil.

ROSTOW, W. W. (1960) *The Five Stages-of-Growth - A Summary*, in **Kanth, Rajani** (editor) *Paradigms in Economic Development - Classic Perspectives, Critiques, and Reflections*, (1994) M.E. Sharpe, New York-EUA.

SACHS, Ignacy (1981) *Ecodesenvolvimento - Crescer sem Destruir*, Ed. Vértice, São Paulo-Brasil.

SACHS, Ignacy (1993) *Estratégias de Transição para o século XXI - Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Studio Nobel/Fundap, São Paulo-Brasil.

SACHS, Wolfgang (1991) *O Esplendor Desvanecido*, in *Comunicações do ISER*, Ano 10, nº 41, Rio de Janeiro-Brasil.

SCHUMACHER, E. F. (1973) *Small Is Beautiful: Economics as If People Mattered* Harper & Row, New York-EUA.

SEN, Amartya (1983) *Development: Which Way Now?*, in **Kanth, Rajani** (editor) *Paradigms in Economic Development - Classic Perspectives, Critiques, and Reflections*, (1994) M.E. Sharpe, New York-EUA.

SHIVA, Vandana (1988) *Development, Ecology and Woman*, in **Kanth, Rajani** (editor) *Paradigms in Economic Development - Classic Perspectives, Critiques, and Reflections*, (1994) M.E. Sharpe, New York-EUA.

SOUZA, Marcelo L. (1995) *O Desenvolvimento das Teorias de Desenvolvimento*, in *Princípios*, nº 35, São Paulo-Brasil.

SOUZA, Marcelo L. (1996) *A Teorização do Desenvolvimento em uma Época de*



Fadiga Teórica, ou: Sobre a Necessidade de uma "Teoria Aberta" do Desenvolvimento Sócio-Espacial, in Revista Território, vol. 1, n.º 1, UFRJ, Rio de Janeiro-Brasil.

SOUZA, Marcelo L. (1997) *Algumas Notas sobre a Importância do Espaço para o Desenvolvimento Social*, in Revista Território, vol. 3, n.º 2, UFRJ, Rio de Janeiro-Brasil.

STAHEL, Andri W. (1995) *Capitalismo e Entropia: os Aspectos Ideológicos de uma Contradição e a Busca de Alternativas Sustentáveis*, in **Cavalcanti, Clóvis** *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*, Cortez editora, São Paulo-Brasil.